

Índice

Abreviaturas e siglas	iii
Declaração de autoria	iv
Agradecimentos	v
Dedicatória.....	vi
O contexto.....	1
A problematização do tema	2
A metodologia de trabalho.....	2
Métodos.....	2
As técnicas	3
Objectivo geral.....	3
Objectivos específicos	3
Hipóteses.....	3
Questões de pesquisa.....	4
Justificativa	4
CAPTULO 1	5
ABORDAGEM CONCEPTUAL E QUADRO TEÓRICO	6
1.1 - Abordagem conceptual	6
1.2 – Quadro teórico	8
ABORDAGEM DE SUSAN STRANGE SOBRE AS ESTRUTURAS DE PODER E DEBATE TEÓRICO SOBRE A VISÃO DE STRANGE	13
2. Abordagem de Susan Strange sobre as estruturas do poder	13
2.1 – A estrutura de segurança	14
2.1.1– Segurança no sistema de Estados	15
2.2 – A estrutura de produção	15
2.3 – A estrutura financeira.....	16
2.4 – A estrutura de conhecimento.....	17
2.5 - Debate teórico sobre a visão de Susan Strange.....	18
2.5.5 - A perspectiva de Morgenthau	22
A dimensão geográfica	23
Os recursos naturais.....	23
Capacidade industrial.....	25
Preparação militar.....	25
População, carácter e moral nacionais	26
CAPITULO 3.....	27
ANÁLISE DA ECONOMIA DO ESTADO ANGOLANO, A INTERNACIONALIZAÇÃO DE ANGOLA E O PODER HEGEMÓNICO NA SADC.	27
3 - Breve historial agrícola – industrial de Angola	27
3.1 – O recurso estratégico de Angola.....	28
3.2 – Análise das quatro (4) estruturas de Strange (1988) no caso angolano	32

3.2.1 – A estrutura de produção de Angola	33
3.2.1.1 – A agricultura	33
3.2.1.2 – A Indústria	36
3.2.2 – A estrutura de segurança de Angola	39
3.2.3 – A estrutura de conhecimento de Angola	42
3.2.4 – A estrutura financeira de Angola	43
3.3 – A internacionalização de Angola.....	45
3.4 – O poder hegemónico na SADC	47

Abreviaturas e siglas

BNA – Banco Nacional de Angola

CGG – Comissão do Golfo da Guiné

DHS – Desenvolvimento Humano Sustentável

ENDIAMA – Empresa Nacional de Diamantes de Angola

EUA – Estados Unidos da América

IDG – Índice de Desenvolvimento de Género

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPH – Índice de Pobreza Humana

ISRI – Instituto Superior de Relações Internacionais

MINEC – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NU – Nações Unidas

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

PE – Política Externa

PI – Política Internacional

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RAS – República da África do Sul

RDC – República Democrática de Congo

RI's – Relações Internacionais

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SADCC – Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral

SI – Sistema Internacional

SONANGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

UA – União Africana

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZCL – Zona de Comércio Livre

Declaração de autoria

Declaro por minha honra que o presente trabalho é inteiramente de minha autoria e que nunca foi anteriormente apresentado para avaliação.

Amélia Sofia Cumbucane

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pela força, disposição e direcção para ter chegado até aqui.

Ao José Braz Chidassicua pelo apoio e disponibilidade, pois, sem os mesmos, não conseguiria chegar aqui.

Agradecimento especial para as minhas tias Maria de Lurdes (Milú) e Odete pelo grande apoio desde o início da minha caminhada académica.

Aos professores do ISRI, que desde o 1º ao 4º ano, conduziram – me pelas veredas do conhecimento, de forma a conquistar esse mundo que é, ao mesmo tempo, fascinante e cheio de mistérios.

À turma do 4º ano de relações internacionais e diplomacia de 2007, em particular às meninas do grupo de dança (Dulce, Elisabeth, Elsa, Eunica,) e em especial às minhas irmãs metralhas (Edite, Joana e Neide).

Ao Senhor Adnito Maure, que desde a fase embrionária do trabalho, se revelou disposto a contribuir para o sucesso do mesmo.

Dedicatória

À minha família, em especial à minha mãe pelo exemplo de luta e perseverança que ela é, e aos meus irmãos, prima e sobrinha pelo apoio incondicional.

Ao Viriato Dias, pela inspiração e grande dedicação que sempre demonstrou.

Enfim, a todos que de forma directa ou indirecta, contribuíram para que este trabalho se materializasse e para que eu chegasse aqui.

Introdução

Com o presente ensaio, subordinado ao tema "Perspectivas de afirmação do Estado angolano como poder hegemónico na SADC", propomo – nos a interpretar as concepções teóricas sobre a emergência de poderes hegemónicos no sistema internacional, tendo como enfoque a abordagem dos factores que determinam o poder dos Estados, estudados por Strange (1988), em confronto com outras perspectivas, nomeadamente a perspectiva realista, liberal e neorealista. Consideraremos a dinâmica do Estado angolano, como campo de observação destes factores, dentro do contexto regional da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

O estudo incide sobre o Estado angolano, analisando os factores internos que determinam a formulação da sua política externa e a respectiva projecção sobre a região da África Austral. Para o facto, é considerado o período que vai desde 1980, o qual marca o fim da guerra fria e do bloco socialista, considerado na literatura sobre relações internacionais, como o fim da bipolaridade e início da multipolaridade, até ao ano 2007.

O contexto

O fim da bipolaridade, considerada por teóricos como Fukuyama (1999) como sendo “o fim da história”, marcou uma mudança significativa no posicionamento relativo dos Estados no SI. Os antigos alinhamentos que gravitavam em torno das duas principais potências mundiais, nomeadamente os Estados Unidos da América (EUA), por um lado, e a União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) por outro, deram lugar a nova afirmação dos Estados no concerto das nações.

É assim que a constituição de blocos regionais foi ganhando cada vez mais expressão e com ela as respectivas lideranças, que passaram a constituir novos pólos de poder. Nesta nova dinâmica, o poder regional passa a ser dominado por uma tendência de equilíbrio entre nações relativamente mais poderosas. Assim, na América do Norte, os Estados Unidos constituíram a área de livre comércio juntamente com o Canadá e o México; na

América do Sul, o Brasil, Argentina e outros Estados da região, constituíram o Mercosul; na Ásia afirmam –se os tigres asiáticos.

No caso da região da África Austral, o fim da bipolaridade no nível global, reflectiu –se no fim do ‘apartheid’ na África do Sul, levando a que este país, com grande nível de desenvolvimento, integrasse a SADC. Angola, um país rico em recursos minerais estratégicos, busca a sua afirmação, marcando uma posição forte no contexto regional, que em parte, se reflecte nas reservas que este país faz quanto à implementação do Protocolo Comercial da SADC. Esta situação, faz inferir a intenção de assegurar a recuperação e solidez da sua economia. É pois, neste ambiente que se enquadra o debate que nos propomos efectuar com o presente tema.

A problematização do tema

Strange (1988:26), ao analisar os factores que determinam que um Estado se constitua como poder hegemónico, refere ser necessário que esse Estado tenha o domínio sobre as estruturas de poder, nomeadamente a estrutura de segurança, de produção, financeira e a de conhecimento. É pois, a combinação destas estruturas que confere ao Estado a condição de poder hegemónico.

Oferece-nos ainda questionar, tanto a visão teórica de Strange (1988) quanto à realidade do Estado angolano, visando perceber se será suficiente que um Estado domine estas estruturas de poder para se tornar um poder hegemónico, ou se deve combinar com uma aspiração de assumir tal hegemonia. Isto equivale a questionar se a política externa de Angola tem sido projectada no sentido de assumir alguma hegemonia na SADC.

A metodologia de trabalho

Métodos

Para o presente trabalho servimo-nos dos seguintes métodos:

Histórico – pois permite perceber o passado, compreender o presente e perspectivar o futuro. Ele permitiu fazer uma análise das políticas doméstica e externa de Angola no passado e relaciona – lá com o presente.

Comparativo – na medida em que permitiu uma comparação entre o passado e o presente, e neste sentido a análise das políticas externa e doméstica de Angola impele – nos a uma comparação com alguns Estados da região.

As técnicas

As técnicas que usamos para acompanhar os métodos são:

A documental – em que usamos fontes primárias e secundárias para o presente trabalho. As fontes primárias são os materiais ainda não trabalhados e as secundárias são os materiais já trabalhados. A entrevista (estruturada) face – a – face que em princípio será dirigida por roteiro e será individual.

Objectivo geral

Compreender o impacto da projecção da estratégia de desenvolvimento do Estado angolano sobre a região da África Austral.

Objectivos específicos

- Estudar as políticas internas de desenvolvimento do Estado angolano.
- Avaliar a orientação da política externa angolana em relação à SADC, mormente no período de análise (1980 -2007).

Hipóteses

- A exploração dos abundantes recursos naturais estratégicos, pode ter conferido ao Estado angolano um aumento do poder económico, concorrendo para sua afirmação como potência regional.
- A intervenção militar angolana no conflito da República Democrática do Congo (RDC) pode ter reforçado a afirmação deste Estado como potência militar na região, e ter contribuído para a projecção da sua ambição hegemónica.

- A existência de grandes desigualdades sociais derivadas da irregular distribuição de recursos entre os angolanos, poderá fragilizar a afirmação deste Estado como poder hegemónico na região da SADC.

Questões de pesquisa

Quais são os vectores económicos e políticos que indicam que Angola está a emergir como poder hegemónico?

Qual tem sido a política externa do Estado angolano em relação à SADC e que relação tem esta com os indicadores de desenvolvimento e de crescimento económicos de Angola?

Como se reflecte o desenvolvimento e crescimento económicos de Angola ao nível da SADC e como poderão os mesmos influenciar para emergência deste Estado como poder hegemónico.

Justificativa

Muitos estudos sobre a origem do processo de cooperação e integração na África Austral têm enfatizado a aliança entre os líderes regionais, forjada principalmente durante a fase da libertação do colonialismo, destacando-se os ideais do Movimento da Linha da Frente, para além da filosofia de unidade que sustenta a constituição da União Africana, herdeira da Organização da Unidade Africana. Esta visão, consubstancia uma crença de existência de relações de amizade entre as nações que constituem a região, que estariam movidas pelo ideal de criar um bem comum e condições de igualdade. No entanto, as diferentes manifestações da condução dos interesses particulares de cada Estado, aliada à diferente dotação de recursos naturais, evidenciam sinais de uma tendência de afirmação de ascendência de alguns Estados sobre os outros. A percepção desta possibilidade, no caso da África Austral, constitui a motivação básica deste estudo, ao qual se associa o interesse pelo debate académico.

O estudo sobre a emergência de poderes hegemónicos na África Austral revela-se importante, pois permite compreender a dinâmica da interacção entre todos os Estados desta região em geral e o papel de Angola, em particular.

Numa dimensão estritamente académica, o estudo afigura – se relevante pela aplicação prática dos instrumentos da teoria de relações internacionais, a uma realidade específica, que é no caso, o estudo da emergência de poderes hegemónicos no SI e para que pudéssemos sustentar a abordagem sobre o poder relativo dos Estados no mesmo sistema socorremo-nos da abordagem de Strange (1988), pois oferece uma abordagem consistente, relativa ao tema.

Estrutura do trabalho

No capítulo um (1) apresentamos a definição de alguns conceitos – chave que julgamos serem relevantes para a percepção do trabalho, bem como o quadro teórico, que serviu de guia para a elaboração do trabalho.

Na primeira secção do capítulo dois (2), apresentamos a abordagem de Strange (1988) no tocante as estruturas de poder. Já na segunda secção, realizamos um debate teórico entre o Realismo, Liberalismo e o Neorealismo, no tocante à visão sobre as estruturas de poder de Strange (1988).

O capítulo três (3), subdivide-se em três (3) secções. A primeira, analisa o Estado angolano, no que respeita ao estágio daquele Estado no que toca aos recursos agrícola, industrial, entre outros. A segunda, aborda o potencial estratégico de Angola, dando particular destaque ao petróleo. Por último, a terceira secção, debate o sobre o poder hegemónico na SADC, visando mormente, apresentar qual é o Estado que tem poder sem igual e a partir disso, tem hegemonia sobre os restantes Estados da SADC.

Por fim, apresentamos em forma de conclusão, as nossas reflexões e ilações sobre o tema, bem como a nossa percepção sobre a importância do mesmo estudo.

CAPTULO 1

ABORDAGEM CONCEPTUAL E QUADRO TEÓRICO

1.1 - Abordagem conceptual

Na primeira parte deste capítulo, discutiremos os conceitos – chave usados no trabalho. Na segunda parte, apresentaremos o quadro teórico que constitui o guia para o presente trabalho.

Conhecimento

É tudo aquilo que o Homem absorve, seja através de informação ou de outra forma, e usa para um determinado fim¹.

Poder

Uma definição simplificada do conceito de poder é encontrada em Sousa (2005:143), que o considera uma relação desigual que permite a um actor obrigar outro a praticar uma acção que este não realizaria sem a intervenção do primeiro. Esta relação é determinada por uma conjugação de factores materiais e volitivos, segundo defende Moreira (2005:247), ao definir poder como sendo “o produto de recursos materiais e imateriais, que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar e vencer o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses”. Esta concepção do poder, que destaca a interacção de factores de natureza material e de natureza volitiva, afigura-se mais aproximada à dimensão de análise de Strange (1988), que considera diferentes estruturas de poder baseadas em tais factores.

Kauppi e Viotti (1998), permitem reflectir sobre o poder em momentos distintos, sendo um na condição de cada Estado de forma isolada e outro na condição de posição relativa dos Estados perante outros, o que em última análise, corresponde à avaliação dos factores vistos na definição anterior. Ademais, a questão de vontade, que corresponde à situação de relação entre Estados, remete-nos a um outro conceito, o de hegemonia, que será também objecto de nossa análise.

¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conhecimento>, consultado a 24/03/09.

Por um lado, na visão estática, o poder é visto como o resumo das capacidades militares, económicas, tecnológicas e diplomáticas, as quais um Estado detém (Kauppi e Viotti, 1998:64). Por outro existe a visão dinâmica, que focaliza a interação entre os Estados. Aqui, o poder do Estado é determinado a partir da capacidade que o mesmo tem em relação ao outro e este poder não é só a capacidade de influenciar ou coagir, mas também a disposição (e percepção pelos outros de tal disposição) para usar estas capacidades. (idem:64-65).

Strange (1988:24-25) ao falar de poder, faz distinção entre o poder relacional, o qual como já dissemos, se reflecte na habilidade de levar os outros a fazer o que não fariam de outra forma, e o poder estrutural, o qual constitui a base da nossa análise no tema. Este poder vai além de determinar a agenda internacional, que rege as relações económicas internacionais, pois manifesta - se na capacidade de formar e determinar as estruturas da economia política global, dentro da qual os outros Estados, as suas instituições políticas, entre outros, devem operar. Esta definição é pertinente, na medida em que é o poder estrutural que confere ao Estado a hegemonia à nível regional e/ou internacional.

Poder hegemónico

Reflecte ascensão de um Estado sobre outros, em resultado de uma conjugação sem igual, de recursos materiais e/ou volitivos que este Estado possua. Esta ascensão vai se reflectir no domínio desse Estado sobre outros Estados (seja à nível regional e/ou internacional).² Um Estado hegemónico, é aquele que em termos económicos e militares usa o seu poder sem igual para dominar os outros Estados (Sousa, 2005:97).

Importa referir que o poder hegemónico não se impõe por si só, ele é reconhecido como tal por outros Estados, sejam da região ou não. E é preciso que haja da parte do mesmo, a intenção de exercer essa hegemonia, o que vai culminar, portanto, no reconhecimento a que nos referimos antes.

Segurança

² Definição operacional, elaborada pela autora, a partir da definição dos conceitos de poder e hegemonia.

É a ausência de ameaças, que podem ser ameaças políticas, económicas, sociais e ambientais (Baylis e Smith, 2001:255). Para os realistas e neorealistas, a segurança tem relação somente com as ameaças militares. Mas para a escola liberal (sem contudo, negar o papel do Estado), a segurança tem também, relação com actores não estatais, que são mormente os indivíduos, sobre os quais recaem ameaças à sua segurança. Esta visão enquadra-se na de Strange (1988), ao abordar a estrutura de segurança.

Hegemonia

Sousa (2005:97) define hegemonia como sendo a ascendência ou domínio de um elemento do sistema sobre outros. Um Estado hegemónico é um Estado dominante em termos económicos e militares, que usa o seu poder sem igual, para criar e pôr em prática regras que têm por objectivo a preservação da ordem mundial (que pode ser também regional). No SI essa hegemonia seria concretizada pelo Estado hegemónico que possuísse capacidade suficiente para desempenhar esse papel. Esta definição torna –se pertinente, pois enquadra –se naquilo que Morgenthau (1985) apresentou como elementos do poder, sendo que o domínio militar e económico, são na perspectiva deste autor de grande importância, para que um Estado tenha hegemonia.

Potência

No direito internacional público, esta é a designação consagrada para Estados independentes nas suas relações internacionais. Indica manifestamente uma ideia de força, de poder. (Editorial enciclopédia, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia, Lda., Lisboa e RJ, 937). Pela definição acima apresentada, podemos depreender que há alguma similaridade entre o conceito de poder e o de potência, entendendo que a potência seria a unidade que concentra o poder.

1.2 – Quadro teórico

Nesta secção, faremos a análise e discussão teórica sobre o poder à luz das escolas de pensamento usadas para o presente estudo, nomeadamente, o realismo, o liberalismo e o neorealismo.

No estudo das relações internacionais existem diversas teorias que, se baseando em diferentes valores, interpretam as motivações e formas de interacção entre os Estados. Dentre estas teorias, existem as que consideram que o interesse dos actores do sistema internacional é a preservação da sua sobrevivência, razão pela qual, vão priorizar o aumento do poder. Esta é a visão do paradigma realista, defendido por Nicolau Maquiavel (1950), Hans Morgenthau (1985), entre outros, que assumem que uma maximização do poder é o móbil dos Estados no plano internacional, o qual leva a que estes procurem assumir uma posição de hegemonia.

O realismo é uma destas teorias, na qual o termo poder tem sido o foco de análise e justificação de muitas das acções dos Estados. Para os realistas o conceito do poder é central.

Segundo Kauppi e Viotti (1998:6-7), referindo-se à acepção clássica, são essencialmente quatro as proposições do realismo, nomeadamente:

- 1 – Os Estados são os actores principais das RI's – os Estados representam a unidade de análise e o estudo das RI's é o estudo dessas unidades.
- 2 – Os Estados são actores unitários – para realismo, as diferenças entre os Estados são resolvidos de forma autoritária, tendo sempre uma política para cada questão ou situação.
- 3 – O Estado é essencialmente um actor racional – no sentido que a tomada de decisão relativa à política externa, obedece a estratificação de objectivos e consideração das alternativas possíveis de acordo com as capacidades do Estado. E segundo este processo racional, os Estados avaliam cada alternativa, seleccionando aquela que maximiza os ganhos e minimiza os custos.
- 4 – Os assuntos de segurança nacional estão no topo das preocupações – as questões militares dominam as RI's. Para os realistas, a estabilidade do SI é mantida pela força. O poder é um conceito chave para os realistas, e os Estados conduzem as suas políticas visando alcançar e/ou manter o mesmo, e os assuntos de segurança (os de “*high politics*”) estão acima dos de “*low politics*”(os de carácter económicos e sociais).

O comportamento do Estado é explicado com base no interesse nacional do mesmo (definido em termos de poder), como sendo o objectivo perseguido pelos Estados

(Morgenthau, 1985:127-153). Este autor, fala do poder, destacando os seus elementos, que são um conjunto de atributos naturais ou não, que quando mobilizados e postos ao serviço da política externa de um Estado, permitem que os mesmos exerçam influência sob os outros Estados, contribuindo desta forma para a emergência desse mesmo Estado. Morgenthau (1985:127-153), destaca alguns atributos ou elementos do poder, entre os quais, os recursos naturais, capacidade industrial, preparação militar, carácter nacional e população. É neste sentido que este autor está ligado à vertente que pretendemos abordar o tema, pois ao tratar do poder, indica alguns elementos do mesmo, os quais poderemos usar para analisar a emergência ou não de Angola como potência político – económica regional.

Existem teorias que defendem que o realismo encontra limitações na explicação do mundo actual e daí que para interpretar a questão de emergência de poderes hegemónicos no sistema internacional actual, deva recorrer-se a variantes mais modernas da teoria realista, como o neorealismo.

A teoria neorealista defende que os Estados não actuam no sistema internacional de forma estática e as suas decisões estão ligadas àquilo que acontece no meio em que estão inseridos. Os demais actores influenciam as decisões do Estado e é a competição (característica da natureza anárquica do sistema internacional) que impele os Estados na busca pelo poder. Embora o poder não seja um fim em si mesmo, ele é uma componente necessária e inevitável em qualquer relacionamento político. O SI é a estrutura que determina os relacionamentos políticos que se desenvolvem entre os seus membros, e para estudar os elementos interactivos que compõem essa estrutura, são tidos como base, os conceitos da teoria realista clássica.

Porém para Dougherty e Pfaltzgraff (2003:103-105), citando Waltz³, o SI não dispõe de instituição de governo, sendo que os Estados são iguais em soberania, daí que a estrutura seja definida pelo princípio hierárquico ou anárquico, que organiza essa mesma estrutura, bem como pela especificação das funções da unidade.

³ **Kenneth Waltz** (1979), *Theory of International Politics*, Reading, MA.

Importa referir que o neorealismo não destaca a natureza humana para explicar a luta dos Estados pelo poder, como o faz o realismo, mas para esta escola de pensamento, são as competições e/ou as pressões da anarquia que impelem os Estados na busca pelo poder.

O realismo e o neorealismo têm em comum o facto de ambas assumirem que o que caracteriza o sistema internacional é a anarquia e, como tal os Estados actuam buscando cada vez mais a sua segurança e para o neorealismo nenhum actor não – estatal se pode igualar às capacidades do Estado.⁴

A escola liberal tem como objecto central de estudo as instituições, a paz, o livre comércio, a democracia, entre outros, e não o Estado como principal actor, como aliás o faz o realismo e o neorealismo. Isto porque para o liberalismo, apesar de o Estado ser um actor importante nas RI' s, não se pode deixar de parte os actores não estatais, uma vez que a influência destes actores contribui para existência de segurança global e humana, num ambiente de interdependência (David, 2000:103). O liberalismo preocupa –se ainda, com o lugar do indivíduo na sociedade, a legitimidade das instituições e como estas podem garantir a paz e estabilidade, proporcionando maior segurança ao Homem.⁵

Os liberais defendem que questões não militar também dominam a agenda da política internacional, as quais consistem entre outros na promoção e defesa dos direitos humanos, sociais, culturais, ideológicos, de bem-estar social, bem como os de promoção de desenvolvimento económico (Ross, 1987:10).

David (2000:102), defende que para a escola liberal as instituições têm a capacidade de influenciar as políticas dos Estados e que as mesmas possuem condições para instaurar uma paz institucionalizada, pois vão agir sobre factores de cooperação entre os Estados.

⁴ <http://pt.wikipedia.org/wiki/kenneth-waltz>

⁵ <http://www.cenariointernacional.com.br/default3.asp?s=artigos2.asp..>

Importa referir que apesar de haver críticas ao realismo, ele continua como a mais importante tentativa de destacar uma variável – chave da conduta política – o poder, pois como defendem Dougherty e Pfaltzgraff (2003:125) o realismo foca problemas como a interacção e conduta dos seres humanos enquanto, decisores políticos, a natureza do poder, objectivos de política externa, as técnicas para medição do poder, entre outros, os quais são de grande destaque na análise de emergência de poderes hegemónicos.

Mesmo defendendo a independência do Estado como principal actor das RI's num sistema internacional anárquico, o realismo reconhece existir entre os Estados o binómio "domínio – dependência". Neste binómio, a parte dependente é vulnerável às escolhas da parte dominante, sendo que a vulnerabilidade de um Estado é fonte de poder de outro Estado (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003:125).

Quanto aos factores económicos, os realistas consideram – nos importantes, na medida em que eles afectam ou reflectem as capacidades ou o poder nacional. Numa análise mais profunda das acepções em que o conceito de poder pode ser um complemento da análise realista da interacção entre os Estados, encontramos a abordagem de Susan Strange (1988), que divide este conceito nas dimensões de poder relacional⁶ e poder estrutural⁷, categorizadas em estruturas primárias e secundárias do poder. Na óptica da autora, é a congregação eficiente destas dimensões e categorias de poder que confere aos Estados o domínio no cenário internacional.

Pode concluir – se que a visão de Strange (1988) como uma teoria de poder ou seja, uma explicação da motivação e forma de interacção dos actores do sistema internacional, com base no equilíbrio do poder. Assim, associa –se esta teoria ao paradigma realista das RI's.

Ademais, Strange (1988), faz uma análise que vai além da dimensão de capacidade militar, característica principal da "high politics", do realismo clássico, integrando nas

⁶ Capacidade que um Estado tem, de obrigar um outro a fazer algo que de outra forma não faria (Strange, 1988:24).

⁷ É a capacidade de decidir o que é produzido, o padrão de relação entre os Estados no SI, entre as pessoas e entre as empresas também a nível internacional (Strange, 1988:25).

determinantes do poder do Estado, outros aspectos que, de certo modo, são retratados nas variantes mais modernas do realismo, o que sustenta o enquadramento da teoria de Strange (1988) como parte do paradigma pluralista, aliás em Kauppi e Viotti (1998:76-78), encontramos que o realismo se torna importante no estudo e análise de emergência de poderes hegemônicos, uma vez que ela defende que os Estados que combinam efectivamente tecnologia e capital têm performance no trabalho e nas matérias-primas (elementos estes tidos como de grande expressão para emergência de poderes hegemônicos, como se verá mais adiante), oferecendo alto padrão de vida aos seus cidadãos e exercendo mais influencia nas relações com outros Estados. Defende ainda que em adição ao comércio e influência monetária, o poder militar é igualmente grande em países desenvolvidos e também componente indispensável para Estados que queiram emergir como poderes hegemônicos.

Assim, para Kauppi e Viotti (1998: 76-78), apesar de os assuntos sócio – económicos serem vistos como de “*low politics*”, os realistas entendem que o acesso ao petróleo e outros recursos naturais é essencial à segurança nacional, uma vez que algumas questões económicas têm sido elevadas para a categoria de “*high politics*”, de forma que a separação de áreas em “*high/low politics*”, mostra a consciência dos realistas para a importância dos assuntos sócio – económicos, bem como assuntos não militares.

CAPITULO 2

ABORDAGEM DE SUSAN STRANGE SOBRE AS ESTRUTURAS DE PODER E DEBATE TEÓRICO SOBRE A VISÃO DE STRANGE

2. Abordagem de Susan Strange sobre as estruturas do poder

Neste capítulo discutiremos as quatro (4) estruturas de poder, apresentados por Strange (1988), nomeadamente as estruturas de segurança, de produção, financeira e de conhecimento.

Existe a nível da economia política mundial quatro estruturas que determinam o poder de um Estado, nomeadamente, a estrutura de segurança, a estrutura de produção, a estrutura financeira e a estrutura de conhecimento. Para Strange (1988:26), essas mesmas estruturas são a base do que ela chama de poder estrutural, o qual deve pressupor o domínio sobre a segurança das pessoas (especialmente contra a violência), sob os que determinam e controlam o modo de produção de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência. Pressupõe ainda o domínio na oferta e distribuição de crédito e finalmente o poder estrutural deve pressupor o domínio do conhecimento, que se manifesta na disponibilidade de dar os termos de acesso ao mesmo conhecimento. A seguir, apresentamos os pressupostos que norteiam cada uma das quatro estruturas de poder.

2.1 – A estrutura de segurança

A estrutura de segurança (conforme a definição de segurança), diz respeito à ausência de qualquer tipo de ameaça, tem a ver com a segurança em relação a factores naturais (secas, cheias, terremotos, maremotos, ciclones, etc.), a factores humanos (guerras, genocídios, roubos, assassinatos, etc.), bem como a factores económicos (desemprego, falência, entre outros). Esta abordagem de segurança, tem como focus principal a segurança do Estado e do ser humano, pois se o Estado não pode garantir a segurança do seu cidadão nos aspectos atrás referidos, então o próprio Estado (como entidade política organizada) não está seguro.

Strange (1988:45-48) defende ainda que o que pode ameaçar a estrutura de segurança é a discordância quanto aos limites das autoridades. A discordância pode ser entre um Estado e outro, entre um Estado e Governo provincial, um Estado e um sindicato, etc. Essa discordância põe em risco a segurança na medida em que as autoridades que supostamente deviam zelar e garantir segurança, ameaçam – na ao não reconhecer os limites da sua autoridade, ou por ultrapassar os limites da mesma.

Desta forma terá poder na economia mundial o Estado que for capaz de garantir a segurança do seu povo, contra qualquer tipo de ameaça exercendo assim, influência sobre os demais Estados ao nível internacional.

2.1.1– Segurança no sistema de Estados

A incerteza sobre os limites de autoridade ligada às fronteiras dos Estados é a maior fraqueza da estrutura de segurança baseada na multiplicidade de Estados. Isto porque os Estados têm em comum o “monopólio da violência” e cada Estado reconhece reciprocamente esse monopólio, e quando decidem (na base deste monopólio) desafiar a autoridade do outro Estado, a estrutura de segurança é posta em causa.

Para Strange (1988:50), o risco nesse sistema de Estados não está na coexistência dos Estados “*per si*”, mas no facto de que essa coexistência muitas vezes não demonstrar os limites de autoridade de cada Estado. Quando um Estado se sente ameaçado ou sente que houve ingerência nos assuntos internos do seu Estado, pode recorrer à violência como forma de impor limite àquela autoridade, e é exactamente este “choque de autoridade” que torna a estrutura de segurança da economia mundial bastante fraca.

Por isso, para se tornar potência, um Estado tem de ter o domínio desta estrutura, numa primeira fase a nível interno e depois a nível externo, que se vai caracterizar no reconhecimento dos limites da sua autoridade como Estado, dentro do sistema internacional de Estados.

2.2 – A estrutura de produção

A estrutura de produção é o sumário dos arranjos que determina o que é produzido, por quem é produzido, para quem é produzido, os métodos e termos em que é produzido. Ela tem por objectivo primordial, a criação de riqueza.

Strange (1988), defende que para quem quer ter poder na economia mundial, é fundamental decidir o que deve ser produzido, por quem e por que meios, bem como as combinações de terra, capital e energia a serem empregados na produção. E desta forma o poder estrutural baseado na produção determina a base social e política de uma sociedade

ou Estado e esse mesmo poder, voltado para o mercado mundial, aumenta a influência a nível da cultura e ideologia, para que o Estado tenha e exerça de facto o poder a nível internacional.

Por esta razão, o Estado que pretende ter poder de facto, tem necessariamente que dominar também, esta estrutura de poder.

As sociedades organizadas têm como base a estrutura de produção, a qual como já se disse gera riqueza e quando há mudanças naquela estrutura, também acontecem grandes mudanças na distribuição do poder social e político.

2.3 – A estrutura financeira

Estrutura financeira é o conjunto de procedimentos que governam a disponibilidade do crédito, aliado aos factores que determinam os termos pelos quais as moedas são trocadas (Strange, 1988:30).

Strange (1988:30) defende ainda que, esta estrutura é peculiar às economias avançadas, pois elas criam e investem crédito em vez de dinheiro, e o crédito é criado e não acumulado como se faz muitas vezes em economias menos avançadas, as quais se preocupam em acumular dinheiro para posterior investimento. Para ela, o controlo de crédito é importante pois através dele, o poder de compra pode ser obtido apenas pela reputação do Estado perante os que pedem o empréstimo e a confiança por parte dos credores.

A estrutura financeira constitui ainda o sistema monetário que determina o valor relativo das diferentes moedas, nas quais o crédito é denominado. Ela implica a capacidade de influenciar os mercados de produção, bem como influenciar a moeda na qual o crédito é denominado, afectando desta forma as taxas de câmbio.

É neste sentido que Strange (1988) defende que esta é uma estrutura que caracteriza as economias mais avançadas, pois dificilmente uma economia dependente a vários níveis,

poderia ser capaz de influenciar a moeda na qual é denominado o crédito, daí que para se ser potência, tem que se ter o domínio desta estrutura bastante complexa.

O sistema de criação de crédito fez proliferar os mercados financeiros. A partir do surgimento de bancos, dos depósitos nestes e os pedidos de empréstimo, criou –se o sistema de crédito, o qual “substitui”o investimento em dinheiro, sendo mais prático e rentável o investimento em crédito, o qual possibilita a que o Estado possa influenciar por esta via a moeda na qual o crédito é denominado e também influenciar os mercados de produção.

2.4 – A estrutura de conhecimento

Estrutura de conhecimento compreende as crenças de cada época e os princípios dessa crença.⁸

Esta estrutura tem a ver com a influência que os Estados têm sobre as crenças, muito embora ela não resida somente a nível do Estado. Ou seja, o Estado muitas vezes não tem o monopólio desta estrutura, pois pode residir numa outra autoridade política.

É ainda o acto de controlar os canais pelos quais tal descoberta é divulgada. Strange (1988:115-123) advoga que o conhecimento assenta na tecnologia, esta que ao lado das mais tradicionais como a económica e militar, é uma nova fonte de poder. É essa tecnologia (que pode ser tecnologia avançada sobre novos produtos, novos sistemas de cultivo de planta e criação de animais, novos sistemas de colecta, armazenamento e divulgação de informação) que determina que o Estado que as possua, domine outros que não o façam e exerça influência sobre os que desejam ter tecnologia igual.

Desta forma, o domínio da estrutura de conhecimento permite a que um Estado desenvolva tecnologia avançada e conduza a sua economia a patamares cada vez mais altos, o que é característica dos países desenvolvidos, que investindo em tecnologias de

⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conhecimento>, consultado a 24/03/09.

informação, garantem a subsistência do Estado, bem como a sua proeminência a nível internacional.

Importa referir que o facto de um Estado ser detentor de uma destas estruturas, não significa ainda que o mesmo Estado seja potência a nível da economia mundial.

É necessário que o Estado tenha necessariamente as quatro estruturas e as conjugue por forma a que a conjugação das mesmas, se traduza na capacidade do Estado ser capaz de oferecer segurança, produzir riqueza, criar crédito e por fim dominar as tecnologias modernas. Só desta forma um Estado poderá de facto se tornar uma potência a nível regional e global.

O Estado precisa aliar à conjugação daquelas estruturas, a aspiração do mesmo em assumir uma posição hegemónica perante outros Estados. Esta aspiração do Estado em assumir uma posição hegemónica, é que vai determinar o poder do Estado em relação aos outros, pois não basta que um Estado tenha apenas maior capacidade de influenciar ou de coagir ao outro, é igualmente necessário que tenha disposição para influenciar e/ou coagir e que outros Estados percebam tal disposição.

2.5 - Debate teórico sobre a visão de Susan Strange

Nesta secção, analisaremos a visão de Strange (1988) na perspectiva das interpretações das escolas de pensamento realista (dando particular enfoque para a perspectiva de Hans Morgenthau-1985), liberal e neorealista, permitindo assim, o enquadramento da explicação de Strange (1988), num parâmetro paradigmático.

2.5.1 – A estrutura de segurança

A escola realista tem relação com a abordagem de Strange (1988), no que tange à estrutura de segurança, pois para aquela escola de pensamento, o poder de um Estado assenta basicamente no poderio militar, o qual tem relação com a segurança. O Estado

visando sempre alcançar os seus interesses, preocupa-se mormente com a questão de segurança.

Morgenthau (1985:253-255), teórico realista, ao falar da dimensão geográfica do território, da população e do seu carácter nacional, bem como o papel da liderança (no tocante a preparação militar) mostra a importância da estrutura de segurança, pois se a integridade de um território é ameaçada, põe-se em caso o factor segurança. E assim também se verifica quando existe alguma ameaça para a população.

Esta perspectiva tem relação com a abordagem de Strange (1988:46-47), no tocante à estrutura de segurança, a qual defende que se um Estado deseja ter poder `a nível internacional ou regional, tem de garantir a segurança a todos os níveis, por forma a preservar o seu povo deste mesmo Estado. E neste sentido é primordial o papel do governante na liderança de uma estrutura de segurança desde o nível interno (com disponibilização de segurança pública) até ao nível externo (com garantia de efectivo militar que possa salvaguardar a integridade territorial do Estado).

Em suma, liderança é de extrema importância na política, bem como na definição de objectivos estratégicos do Estado, os quais tem relação com componente militar (Moreira, 2005:255).

A escola liberal, por sua vez, não restringe a segurança somente ao Estado, mas advoga que as instituições (como a ONU, SADC, entre outras) também são indispensáveis na questão de segurança. Esta tem relação com a abordagem de Strange (1988), na medida em que para esta não são só as questões militares que envolvem a estrutura de segurança, mas as questões não militares podem pôr em causa a estrutura de segurança , pois toca com assuntos como os direitos humanos, religiosos, ideológicos, ou seja toca com a questão humana.

O neorealismo, tal como o realismo, enfatiza que o Estado é o principal actor das RI' s e que o mesmo na busca dos seus interesses, deve se preocupar principalmente com a segurança. O neorealismo enfatiza que a estrutura de segurança tem relação com a

capacidade militar dos Estados, visão esta que não vai de encontro com a de Strange (1988), uma vez que Strange (1988) traz questões ligadas à segurança humana, e não somente as questões meramente militares.

2.5.2 – A estrutura de produção

A escola realista, embora não dê grande ênfase aos factores económicos (que em grande medida se associam à esta estrutura), os considera importantes, pois reflectem e/ou afectam as capacidades dos Estados (Kauppi e Viotti, 1998:77-78). Assim, a forma como um Estado domina ou não esta estrutura, vai se revelar importante para fortalecer a estrutura de segurança (que é para os realistas a grande “*umbrella*” que cobre as outras estruturas).

Strange (1988:57-63), defende também Estados auto – suficientes na abordagem que faz à estrutura de produção, isto para que o Estado tenha poder e hegemonia a nível internacional, pois se é um Estado dependente, quer em termos económicos, quer em termos militares, de forma nenhuma poderá se impor como um poder hegemónico, seja ao nível regional ou internacional.

O liberalismo defende que a estrutura de produção, muito ligada ao desenvolvimento da economia de um Estado, tem um papel fundamental nas RI’ s. Porém, para esta escola, um Estado não pode dominar por completo esta estrutura como defende Strange (1988:61-63). Por isso, os liberais introduzem assim o conceito de “dependência mútua” (quando um Estado depende de outro de forma bilateral) e “dependência complexa” (quando um Estado depende de muitos Estados de forma multilateral), as quais vão fazer com que haja maior cooperação e que de forma relativa, consigam ter alguma hegemonia naquilo que produzem.

A escola neorealista, enfatiza que o Estado tem grande poder na estrutura de produção e para esta escola de pensamento, os assuntos de economia (questões como

desenvolvimento industrial, agrícola, capacidade de produção de um Estado, entre outros), tem relativa importância na agenda de um Estado, ideia compartilhada com a visão de Strange (1988:47-49), pois defende que os Estados devem controlar esta estrutura, para que a mesma cresça e se desenvolva, tornando-se o Estado, um poder hegemónico.

2.5.3 – A estrutura financeira

Strange (1988) ao falar da estrutura financeira, refere que a mesma é característica das sociedades avançadas, uma vez que a mesma está ligada à capacidade de criar e investir crédito e não dinheiro. Esta estrutura está mormente ligada à questão económico – financeira dos Estados e sendo assim, encontra eco na escola liberal, a qual defende que existem muitos assuntos domésticos – o chamado pluralismo doméstico - do qual nasce o interesse nacional.⁹

O liberalismo afirma que a economia (ligada às finanças), tem um papel fundamental nas RI's, daí que contrariamente ao que defendem as escolas realista e neorealista, não se pode falar de interesse nacional e política internacional, sem falar da política doméstica, a qual aborda assuntos relativos à economia e finanças dos Estados.

A escola liberal afirma ainda que, as instituições são também importantes nas RI's, não olhando só para o Estado como o principal actor, como o fazem o realismo e o neorealismo. Strange (1988), ao falar sobre esta estrutura, fala do papel de instituições de crédito, bancos, bolsas de valores, entre outras instituições, que ela chama de “mercados financeiros”, sem os quais o Estado não poderia ter controle desta estrutura (Strange, 1988:30-35).

O realismo e o neorealismo, apesar de abordarem assuntos económicos, não o fazem com a “profundidade” que a escola liberal faz, sendo portanto, a escola liberal que mais se identifica com a abordagem de Strange (1988) no tocante à estrutura financeira.

⁹ http://www.puc-rio.br/direito/pet_jur/mbrelint.html, consultado a 23/05/08.

2.5.4 – A estrutura de conhecimento

O realismo, destacando o Estado como principal actor nas RI's e sendo o mesmo indispensável para que o Estado aumente o seu poder, tem relação com a estrutura de conhecimento, pois como defende Strange (1988:115-120), é o Estado que vai monitorar a pesquisa e divulgação das tecnologias, as quais caracterizam esta abordagem, pois o conhecimento é uma fonte de poder e domínio dos Estados a outros Estados.

A escola liberal advoga que cada Estado possui agenda própria, a qual prioriza assuntos diferentes, que não há hierarquia de assuntos (não havendo por isso, hierarquia nos assuntos do Estado), tem concordância com Strange (1988), pois implicitamente, pode-se perceber que um Estado pode optar por assuntos relativos à descoberta de novas tecnologias (ligado particularmente à estrutura de conhecimento) e assim, tornar este numa questão de interesse nacional, podendo a partir do mesmo, ter ascensão sobre outros Estados que não o façam.

O neorealismo, por sua vez, advoga que tendo os Estados capacidades (militares, industriais ou tecnológicas), dependendo do seu interesse, distribuem -nas aumentando o seu poder, contribuindo este aumento, para a ascensão do Estado sobre outros que não dominem aquela estrutura (Strange, 1988:122-123).

Assim, as três (3) escolas de pensamento, nomeadamente, o realismo, o liberalismo e o neorealismo, enquadram-se na estrutura de conhecimento, defendido por Strange (1988).

2.5.5 - A perspectiva de Morgenthau

Morgenthau (1985) é um dos autores que aborda a temática do poder como móbil central da acção do Estado. Morgenthau (1985:127), debruça -se sobre os factores que conferem poder a um Estado em relação a outro Estado, conferindo desta forma, maior hegemonia

ao Estado. Dentre os factores ou elementos do poder enumerados por aquele autor, encontram-se: a dimensão geográfica, os recursos naturais, a capacidade industrial, a preparação militar, a população, o carácter nacional e a moral nacional.

A dimensão geográfica

É para este autor o factor mais estável do qual depende o poder de um Estado, destacando o tamanho do Estado, a posição insular ou não. Morgenthau (1985:129), fazendo uma análise de uma possível guerra nuclear, defende que o tamanho do território pode fazer a diferença na medida em que um território grande pode permitir maior dispersão quer da população, quer do arsenal bélico.

E apesar de a extensão territorial ser um elemento importante do poder de um Estado, ela pode condicionar negativa ou positivamente esse poder. É positivo quando o Estado consegue controlar a vasta extensão e tem pleno controlo de tudo o que se passa no território. Porém é negativo quando o Estado não tem pleno controlo pelo facto de ter uma grande extensão territorial ou por possuir territórios insulares, que dificultam o seu pleno controlo.

Os recursos naturais

Morgenthau (1985) ao abordar sobre este assunto, destaca principalmente dois (2) elementos, que são a alimentação e as matérias – primas, como sendo as principais componentes dos recursos naturais de um Estado.

A alimentação

Um Estado que é auto – suficiente, ou seja, que consegue por si só, produzir e distribuir comida para sua própria população, tem grande vantagem sobre um Estado que não é auto – suficiente. Morgenthau (1985:130-131), defende ainda que o Estado auto – suficiente, tem de ser capaz de importar a comida que não pode produzir. Esta abordagem tem relação com a de Strange (1988:63), na medida em que ela define a estrutura de

produção como o sumário de todos os arranjos que determinam o que é produzido, por quem é produzido, para quem é produzido, os meios e métodos usados na produção, bem como determina a combinação de capital e de terra a ser usado nessa produção. E para esta autora, um Estado que queira ter poder e hegemonia à nível regional e/ou internacional tem de entre outros, dominar esta estrutura de produção, a qual vai garantir a auto-suficiência alimentar.

Para Morgenthau (1985:130), uma deficiência na produção, é por si só uma fraqueza permanente na política internacional,¹⁰ tal como defende Strange (1988) que já atrás referimos.

Matérias-primas

Os recursos indispensáveis para a produção industrial também são importantes, na medida em que, segundo Morgenthau (1985:130), delas depende a tecnologia do Estado, especialmente a de guerra e são as matérias-primas que ditam a importância absoluta ou relativa dos recursos naturais, na forma de matérias-primas. É o uso deste recurso natural que vai reforçar a importância dos outros recursos do Estado.

Morgenthau (1985:134), defende que o petróleo é um dos recursos naturais com grande importância, na medida em que os Estados que possuem “considerados depósitos de petróleo”, adquirem uma influência nos assuntos internacionais. E a posseção deste recurso é de tal maneira importante que Estados que não possuam outros elementos do poder, mas possuam aquele recurso importante, podem exercer poder sobre Estados que possuam todos os outros elementos essenciais do poder, mas em contrapartida não possuam o petróleo.¹¹

Moreira (2005:254) reforça esta ideia, ao referir que o conjunto de recursos naturais, designadamente as matérias primas e energia são também componentes do poder, mas

¹⁰ “...permanent scarcity of food is a source of permanent weakness in international politics” (Morgenthau,1985:130)

¹¹ “ A state which is powerless in all other respects, which is not a major force in terms of traditional power, can exert enormous – and under certain conditions even decisive – power over nations which have all the implements of power at their disposal except one – deposits of oil” (Morgenthau, 1985:134).

que não basta apenas a sua detenção, pois é preciso a capacidade de mobilização destes recursos, daí exigir-se forte capacidade de gestão do Estado.

Capacidade industrial

É importante pois é esta que determina a capacidade do arsenal industrial, o *'know – how'* dos operários, a habilidade dos cientistas e é também dela que depende o poder de um Estado. A capacidade industrial, para Morgenthau (1985:136), está ligada à capacidade militar, aliado à posse de matérias-primas como são os casos de urânio, carvão, entre outros. Pode - se estabelecer relação com a abordagem de Strange (1988:116-118), quando esta fala da estrutura de conhecimento, a qual é marcada pelo alto desenvolvimento científico, que impulsiona as investigações no sentido de se ter capacidade industrial cada vez mais desenvolvida, moderna e capaz de responder aos desafios da actualidade. E para Strange (1988), os Estados que querem ter uma hegemonia, tem de dominar também esta estrutura e devem ser capazes de controlar os canais de descoberta de novas tecnologias, bem como difundir essas tecnologias e permitir que o Estado desenvolva a capacidade industrial a todos os níveis, por forma a consolidar não só este elemento do poder, mas todos os outros elementos já mencionados.

Preparação militar

Para Morgenthau (1985:139), a preparação militar requer capacidade que suporte os objectivos de PE e tal habilidade deriva de inovação tecnológica, liderança, quantidade e qualidade das forças armadas. A tecnologia tem a ver com a evolução das técnicas de guerra, a qual se reflecte na perspectiva de Morgenthau (1985), desde a invenção do submarino, do tanque, culminando com a tecnologia nuclear que caracteriza a actualidade. A liderança, a qual exerce um papel importante na condução do exército, é que determina a boa ou má preparação militar de um Estado. Em relação à liderança, Moreira (2005:257) defende que a qualidade de liderança é uma variável política importante, pois é ela que é responsável pelo julgamento da relação entre os meios e os objectivos estratégicos assumidos e decide os termos da acção.

Podemos aqui, estabelecer relação com a estrutura de segurança de Strange (1988:48), a qual advoga que um Estado para ser potência tem de dominar a estrutura de segurança a todos os níveis, desde a segurança pública do cidadão, até ao mais alto nível de segurança do Estado, que reside exactamente na componente militar e que exige como defende Morgenthau (1985) uma grande e moderna preparação militar. Também é importante a qualidade e quantidade das forças armadas, pois o poder de uma nação, em termos militares é dependente da quantidade de homens e armas, bem como a sua distribuição entre as diferentes vertentes da vida militar, nomeadamente o exército, a marinha e a força aérea.

População, carácter e moral nacionais

Para Morgenthau (1985:142-145) sem um número elevado da população, é impossível estabelecer e manter um nível alto e necessário para conduzir uma guerra, é impossível ainda preencher o efectivo que garanta a produção alimentar capaz de suprir as necessidades do Estado. Porém um número elevado de população pode ser uma fraqueza para o Estado, na medida em que esta população cresce, mas a comida para ela não o faz, o que poderá obrigar o Estado a usar os fundos que seriam para incrementar o poder nacional, desviando – os para servir aquela população necessitada.

No que tange ao carácter nacional, este funciona como fonte de união de um povo e é a partir deste que se alcançam os objectivos de PE.

A nível da moral nacional, Morgenthau (1988) diz que esta é o grau de determinação com o qual uma nação apoia a política externa do seu governo. Esta influencia todas as actividades do Estado, desde o sector agrícola até aos serviços diplomáticos. Para Morgenthau (1985:153), a moral nacional é mais visível em tempo de crises nacionais, quando a sobrevivência do Estado é posta em causa. Esta é importante na medida em que, a qualidade da sociedade e de governo são factores decisivos para a mesma, no sentido em que, um segmento de população a qual sente que tem sido privada de seus direitos e de participação na vida da nação, tenderá a ter baixa moral nacional, se comparados

àqueles que não sofrem tal privação. E de forma igual será para aqueles cujas aspirações vitais, divergem das políticas do governo do dia.

Assim, uma nação com profunda divisão de classes terá a moral nacional em precário estado. Daí a importância da qualidade do governo, que se caracteriza entre outras coisas, num governo representativo e que de facto se preocupe com o bem – estar do seu povo (Morgenthau, 1985:153).

A qualidade da diplomacia

Morgenthau (1985:155) define diplomacia como arte de juntar os diferentes elementos do poder nacional para apoiar os interesses nacionais. Desta forma, sem diplomacia de qualidade todas as vantagens geográficas, a auto-suficiência (à nível de produção ou militar), o número e qualidade da população, entre outros, de nada valem, pois a diplomacia combina todos factores que determinam o poder nacional. É a diplomacia que concretiza os objectivos da PE, em harmonia com os recursos disponíveis ao Estado.

CAPITULO 3

ANÁLISE DA ECONOMIA DO ESTADO ANGOLANO, A INTERNACIONALIZAÇÃO DE ANGOLA E O PODER HEGEMÓNICO NA SADC.

Nesta secção, apresentaremos um breve historial agrícola industrial de Angola, ao mesmo tempo que realçaremos os recursos que o mesmo Estado possui, dando particular destaque ao diamante e o petróleo.

3 - Breve historial agrícola – industrial de Angola

Desde o tempo colonial, a economia de Angola esteve basicamente assente no potencial agrícola (em resultado das imensas extensões de terra arável), que foi a base de sustento de camponeses, e de comércio dos colonos portugueses, isto sob o ponto de vista

económico e também num sector industrial, o qual teve expansão rápida e quase auto – suficiente em termos de agricultura (SADC, 2006:6).

Com a independência e a posterior partida da maioria dos colonizadores portugueses, os quais dominavam o sector técnico bem como de gestão, a actividade económica enfraqueceu e isto, aliado à guerra prolongada e aos altos níveis de corrupção fez com que a economia deste Estado se atrofiasse, tornando Angola um dos países mais pobres do mundo, apesar dos ricos recursos naturais daquele Estado.

Porém, o acordo de paz, que pôs fim à guerra, trouxe um novo alento e esperança àquele Estado, no sentido de reconstruir a sua economia, infra-estruturas e o tecido social danificados.

O Estado angolano tem recursos importantes, dos quais se destacam o petróleo e o diamante. Estes recursos permitem o crescimento e desenvolvimento do próprio Estado angolano e também podem ajudar no melhoramento da economia e nível de vida das populações da SADC. Além disso, o potencial estratégico e hídrico de Angola poderá ser uma mais-valia para dar maior destaque deste Estado na organização regional da África Austral, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento sócio – económico da mesma.¹²

3.1 – O recurso estratégico de Angola

Ao falarmos sobre o recurso estratégico do Estado angolano, torna –se inevitável falar do recurso natural de grande valor no mercado internacional, que é o petróleo, do qual este Estado é actualmente o maior produtor em África.

Além do petróleo, o Estado angolano possui depósitos de ouro, ferro, fosfato, cobre e outros tipos de metais estratégicos que dão em princípio ao Estado o potencial de produzir 10 milhões de toneladas de minerais no valor de 320 milhões de dólares por ano (CEGIE, 1998:45).

¹²www.mirex.gv.ao/sadc/politica.htm, consultado a 16/06/08).

Como se pode notar, o potencial estratégico de Angola não está somente no petróleo, pois existem outros recursos naturais que podem ser explorados, criando uma diversificação da indústria e exportação do país.

José Pedro de Moraes, Ministro das Finanças de Angola, reforça esta ideia ao referir que o país possui outros recursos estratégicos e factores de produção por explorar, os quais podem ser também, ao lado do petróleo, grande potencial para Angola, são estes as extensões de terra arável, as reservas de minerais sólidos, o potencial hidroeléctrico, parques naturais e abundante força de trabalho.¹³ Estas indústrias ou estes sectores, não sendo tão exigentes como a do petróleo, poderiam usar muita mão -de - obra angolana, contribuindo assim para diminuir o número de desempregados no país.

Para Rui Maia¹⁴, Angola tem potencialidade para se tornar num Estado com poder hegemónico na SADC, pois para além dos recursos naturais entre eles o diamante e o petróleo, o país possui grande potencial hídrico, aliado aos níveis de pluviosidade regular do Estado.

Este potencial hídrico pode ser também fonte de produção de energia que poderá impulsionar a actividade agrícola de Angola, a qual assenta principalmente na produção de café, cereais e açúcar, que segundo CEGIE, Angola foi até 1975 o 4º maior produtor de café e esta constituiu a principal fonte de exportação até 1973, sendo ainda que a produção de açúcar teve o seu auge na década de 70, tendo desde então decaído (1998:37-38).

¹³ Discurso proferido aquando do encerramento do 6º encontro da Associação de Economistas de Língua Portuguesa, em Luanda. Vide o site noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2006/04/13/ult611u71526.jhtm, consultado a 28/08/08.

¹⁴ Professor Rui Maia, ecologista, investigador para a área ambiental na SADC e Director Pedagógico da Universidade Técnica de Moçambique (UDM), entrevistado aos 23/09/08, em Maputo.

Paul Fauvet¹⁵ compartilha aquela opinião ao referir que o Estado angolano tem condição para ser auto – suficiente em alimento, mas que precisa porém, de fortes políticas de desenvolvimento, visando diminuir o nível das importações do Estado. Paul Fauvet, defende ainda que, Angola pode ser um factor dinamizador na SADC, se usar de forma conjugada o seu potencial estratégico, de forma a fazer crescer e desenvolver o próprio Estado angolano, por um lado, e os países da SADC, por outro.

Mas uma vez que o petróleo representa cerca de 90% do valor das exportações totais de Angola e é o principal factor que condiciona a situação das contas do país com o exterior, torna –se necessário uma análise exaustiva ao papel desempenhado por este recurso. A produção do petróleo e as actividades a ele ligada contribuem com cerca de 85% do produto nacional bruto (PNB), e houve um incremento na ordem de 15% entre 2004 – 2007, na sua produção¹⁶ e por isso mesmo o governo angolano vai investir 100 biliões de dólares na indústria petrolífera e gás, nos próximos 5 anos¹⁷ e até 2015 Angola prevê perfuração de pelo menos 100 novos poços de petróleo e compra de barcos e maquinaria de exploração e processamento deste recurso.

O Estado angolano, visando tornar mais legal e controlada a exploração do petróleo em Angola, foi criou uma empresa estatal, a sociedade nacional de combustíveis de Angola (Sonangol), a qual tem o monopólio da exploração petrolífera em todo o território nacional, fazendo concessões a companhias estrangeiras, como são os casos da *chevron*, *elf oil*, *texaco*, *exxon mobil*, entre outras, as quais pagam impostos e taxas sobre as respectivas produções.

Prevê-se que a produção do petróleo continue a aumentar a ritmo crescente, uma vez que, foram descobertas recentemente novas reservas e os volumes dos investimentos que têm sido realizados no sector, bem como registam -se avanços nas tecnologias de exploração

¹⁵ Paul Fauvet, jornalista da Agência de Informação de Moçambique (AIM), entrevistado aos 23/09/08, em Maputo.

¹⁶ www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.htm, consultado a 12/06/08.

¹⁷ Informação obtida no Jornal “angonoticias” em www.angonoticias.com/ful_headlines.php?id=20206, consultado a 3/09/08.

em águas profundas, que permitiram a abertura de novas áreas de prospecção e exploração.

Importa referir ainda sobre o petróleo que, segundo Blakeley *et al* (2004:11), Angola tem uma base de reserva de petróleo e gás que foi substancialmente provado e estimado em cerca de 12 milhões de barris de petróleo e gás natural de reserva de 7 -8 triliões de pés cúbicos. Para estes autores a tendência da produção de petróleo em Angola será de aumentar, na medida em que, houve recentemente, descobertas de petróleo e gás, que aumentarão a produção, desenvolvimento e exploração.

O diamante é também um dos recursos estratégicos de Angola e, segundo CGD (2000:23), este Estado possui reservas deste recurso mineral, e é um dos países mais ricos em diamantes a nível mundial, sendo o 5º maior produtor de diamantes do mundo e tem a taxa de 8% das exportações mundiais. A exploração deste recurso também é rentável ao Governo de Angola, e a companhia de diamantes de Catoca é a maior operação em Angola, tendo produzido 1.8 milhões de quilates.

Tendo noção do potencial que é o sector diamantífero, novos projectos de exploração estão em fase de planeamento e desenvolvimento em várias áreas do país e ainda neste âmbito, o Governo angolano tem revitalizado o sector mineiro por forma a que este beneficie de um crescimento cada vez maior a nível nacional e regional.¹⁸ E para regular a exploração dos diamantes foi criada a empresa nacional de diamantes de Angola (Endiama), a qual se associa a parceiros estrangeiros com capacidade técnica e financeira na exploração de blocos delimitados para exploração de diamantes.

3.1.1 – O petróleo como recurso estratégico na criação de emprego

Torna – se assim, importante devido a evolução positiva que se regista à nível da produção petrolífera, reflectir sobre a criação de empregos para os angolanos, uma vez que actualmente, o número de angolanos empregados em empresas petrolíferas

¹⁸ Dados obtidos em www.bclme.org/countryprofiles/angola-p.asp.

estrangeiras é de menos de 1% do total, daí que para Silva (2006:31), o Governo de Angola pretende reforçar o processo de angolanização¹⁹ na indústria petrolífera, visando favorecer os quadros angolanos e obrigar a utilização dos serviços nacionais por parte das companhias estrangeiras, bem como facilitar a participação das empresas nacionais na actividade petrolífera. Esta tendência em nossa opinião, pode contribuir para diminuir o índice do desemprego neste sector e ao mesmo tempo capacitar cada vez mais angolanos para trabalharem neste sector.

E apesar de Blakeley *et al* (2004:11) defenderem que, Angola ganha maior parte do seu rendimento a partir da exportação de petróleo e diamante, e sabendo ainda que o sector petrolífero contabiliza mais de 90% dos rendimentos do governo, porém o mesmo só empregar mais ou menos 1% do total dos angolanos (como aliás, já foi referido acima), acreditamos que este cenário possa ser alterado, através da política de angolanização e maior parceria entre o Governo angolano e as companhias de exploração de petróleo (no sentido de oferecer formação e/ou capacitação aos angolanos no estrangeiro e garantia posterior de enquadramento neste sector), bem como a inclusão neste sector, de grande parte da população activa angolana (das quais cerca de 65% tem suas actividades comerciais no sector informal²⁰).

Importa referir que o governo controla o sector petrolífero através do Ministério do Petróleo e a Sonangol. O Banco Nacional da Angola e o Ministério das Finanças controlam os impostos e pagamentos honorários do sector e com base na estrutura legal, o Estado é proprietário de todos os recursos de hidrocarbonetos.

3.2 – Análise das quatro (4) estruturas de Strange (1988) no caso angolano

¹⁹ Angolanização é o procedimento pelo qual a formação profissional de trabalhadores angolanos e colocação gradual dos mesmos na gerência e outras posições de responsabilidade, é encorajada. (Blakeley *et al*, 2004:25).

²⁰ Dados fornecidos pelo “*Economist Intelligence Unit (2007): Angola Country Profile*, que pode ser encontrado no site www.bclme.org/countryprofiles/angola_p.asp.

Nesta secção, faremos o estudo do caso angolano, tendo como base as quatro (4) estruturas de poder (a estrutura de produção, de segurança, financeira e de conhecimento) defendidas por Strange (1988).

3.2.1 – A estrutura de produção de Angola

Ao falar da estrutura de produção em Angola, é necessário analisar o estado da indústria e da agricultura em Angola, bem como quem são os responsáveis pela produção, o que se produz e/ou se industrializa, entre outros aspectos.

3.2.1.1 – A agricultura

Angola foi sempre um país que teve como base de desenvolvimento e crescimento a agricultura e até os anos 60 e 70 Angola era um país fundamentalmente agrícola, tendo grande papel na plantação de café, de cana, de algodão e sisal (que eram maioritariamente produtos de exportação), bem como se destacavam no cultivo da mandioca, batata-doce, milho entre outros, estes que serviam para o auto – consumo dos camponeses e angolanos no geral (CIPIE, 1991:110).

Com a independência do país em 1975, e a saída da maior parte dos portugueses do país, há abandono (no tocante à agricultura) de grande número de plantações, isso devido à dificuldades de escoamento dos produtos agrícolas, à falta de abastecimento do campo com produtos industriais e devido à privatização de quase todas as máquinas agrícolas, o que contribuiu para relativa estagnação da actividade agrícola. CIPIE (1991:113), confirma esta ideia ao afirmar que os portugueses detinham experiência técnica e base económica que garantia a qualidade e crescimento do sector, situação que perdurou ate mais ou menos, a década de 80 e 90. Esses dados podem ser comprovados no quadro de crescimento da economia angolana.

Quadro 1: Crescimento da economia (em percentagem)

	1985 - 1989	1990 -2002
Taxa média de crescimento	4.3%	1.3%
Agricultura	0.5%	- 1.3%
Indústria	8.1%	3.4%
Serviços	1.7%	- 1.6%
Exportação de bens	1.1%	6.0%

Fonte: SADC, 2006.

Como se pode ver, no tocante à agricultura, entre 1985 - 1989, não houve grande crescimento, tendo se registado apenas 0.5%, um número bastante baixo, mas que mesmo assim, conseguiu baixar ainda mais no intervalo entre 1990 – 2002, ao registar 1.3% negativos, denotando um retrocesso no que toca à agricultura.

A estrutura agrícola em Angola ainda não é auto – sustentável, apesar de no tempo colonial Angola ter sido o maior exportador de comida e 85% da população dedicar – se à agricultura de subsistência, hoje, apesar dos abundantes recursos naturais, ainda importa a maioria dos produtos de primeira necessidade. A agricultura ficou paralisada pelos longos anos de guerra, pelo facto de as áreas férteis do país estarem minadas e também por razões de seca e cheia que assolaram o país.

Além disso, o sector agrícola (e industrial), tem contribuído pouco para o PIB angolano se compararmos com outros sectores, como sejam o do petróleo e gás, bem como a indústria extractiva, como se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 2: Estrutura do Produto Interno Bruto (em %)

	1996	1997	1998
Agricultura, Silvicultura e Pesca	7.3	9.6	13.9
Indústrias Extractivas	61.3	52.3	41.7
Petróleo bruto e gás	58.1	48.5	38.8
Indústria Transformadora	3.4	4.4	6.4

Fonte: CGD, 2000.

Ora, ao analisar a abordagem de Strange (1988:60-62) sobre a estrutura de produção, pode se facilmente ver que Angola não tem pleno domínio desta estrutura, apesar de o governo angolano estar a fazer um esforço no sentido de melhorar as infra-estruturas e reactivar a actividade agrícola no país. Angola é um Estado que depende, para além da importação, da ajuda alimentar para obter comida para a sua população, ou seja, não tem uma estrutura de produção que lhe permite dominar esta área, mesmo que tenha abundantes recursos naturais e áreas férteis²¹.

É indiscutível que a agricultura, a actividade industrial, as pessoas que estão envolvidas na estrutura de produção, determinam um forte domínio da estrutura de produção e olhando para o estágio da agricultura e da indústria angolanas verifica –se uma necessidade de se revitalizar as mesmas, uma vez que como enfatiza CGD (2000:20), o Estado angolano tem uma superfície arável estimada em mais de três (3) milhões de hectares, com elevados recursos hídricos e abundante mão -de -obra tradicional virada para a agricultura, o que podia assegurar a auto-suficiência em termos alimentares.

Estas são condições muito boas para o desenvolvimento de culturas como a mandioca, o feijão, a batata-doce, o milho, o sorgo, o café, o açúcar e o algodão (que aliás já tiveram um importante lugar na economia no tempo colonial e logo após a independência, como foi demonstrado acima). Mas como já referi atrás, devido à guerra que trouxe a destruição e insegurança das vias de comunicação, levaram a que a alimentação da maioria dos angolanos fosse hoje assegurada pela ajuda alimentar e/ou pela importação, o que revela falta de domínio da estrutura de produção.

A actividade agrícola esteve por muito tempo atrofiada, e essa ideia é reforçada por Roque (2000:97-108), ao afirmar que o desempenho da agricultura foi desastroso desde a independência e conduziu a uma drástica redução de produção alimentar “*per capita*”, e aumento na importação de bens alimentares para as elites civis e militares, bem como para maior dependência da ajuda alimentar para os pobres, de forma que esta área se revela muito importante, na medida em que as grandes extensões de terras aráveis que

²¹ www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/aohtm, consultado a 12/06/08.

Angola possui são também potencial estratégico e podem contribuir para o crescimento e desenvolvimento deste Estado, e uma política que não esteja baseada na agricultura e tendo a mesma um mau desempenho, pode se revelar catastrófica.

3.2.1.2 – A Indústria

A indústria em Angola, essencialmente a transformadora, teve posição de relevo na economia deste país durante a era colonial, a qual produzia bens para consumo local, processando algumas matérias-primas agrícolas, tais como o algodão, o açúcar e o sisal, que eram usadas para exportação (CIPIE 1991:112).

Porém com a independência e saída dos portugueses, os quais asseguravam a direcção do sector com cargos técnicos, administrativos e comerciais, e mais tarde com a guerra, a actividade industrial não teve enfoque nos produtos agrícolas, antes passou a ter como grande base a exploração do petróleo, o que mais uma vez, levou a que o Estado passasse a importar a maioria dos bens industriais ligados ao consumo e equipamentos, de modo que a indústria extractiva fosse e é ainda hoje a mais desenvolvida, isto porque o subsolo angolano é muito rico em recursos mineiros, tendo grandes concentrações de petróleo bruto, gás natural, diamante, ferro, urânio, mármore, granito, entre outros.

Rovani Pedro²², concorda que a guerra paralisara a actividade agrícola, e até pecuária, mas é de opinião que hoje Angola está a dar passos gigantes rumo à reestruturação deste sector, que se desenvolve em paralelo com o sector de construção civil, que se caracteriza na construção de habitações para jovens e deslocados de guerra, incluindo os camponeses que deixaram as suas terras, aquando da guerra civil.

Há ainda a referir que como demonstra o quadro um (1), a indústria entre os anos 1985-1989 registou um crescimento de 8.1%, mas que retrocedeu entre os anos 1990-2002, tendo registado apenas um crescimento na ordem de 3.4%.

²² Rovani Maria Pedro, estudante angolano de Direito na UEM, entrevistado no dia 19/09/08, em Maputo.

Actualmente a indústria extractiva é a que mais se tem destacado e tem sido explorada de forma organizada, assentando essencialmente na exploração do petróleo, gás natural e diamante.

É neste sentido que se torna importante estabelecer um quadro de comparação entre as exportações e importações do país, por forma a perceber o desempenho da actividade industrial no mesmo. Veja-se o quadro 3 abaixo.

Quadro 3: Exportação e importação em Angola (1998 - 2002)

1000.000.000 (USD)	1998	1999	2000	2001	2002
Exportação	3.6	5.0	8.1	6.9	8.0
Importação	2.1	2.3	2.5	2.7	2.9
Saldo	1.5	2.7	5.6	4.2	5.1
Coeficiente de cobertura em %	171	217	324	256	276

Fonte: adaptação da autora baseado no site²³

Como mostra o quadro acima, quer o nível das importações quer o das exportações, tenderam a subir de ano para ano, o que mostra em relação às exportações que houve aumento da produção do petróleo e seus derivados, e em relação às importações também foi crescendo o nível das necessidades do país. CGD (2000:31), defende que os bens de consumo representaram 52% das importações totais em Angola no ano de 1998, mas mesmo que sejam maiores os números de exportação, importa referir que os mesmos têm base na exportação do petróleo e que as importações que se verificam são relativas aos bens de consumo.

O mesmo se pode verificar com relação ao ano 2006/07, conforme demonstra o quadro 4.

²³

www.brasilportugal.org.br/ce/content.php?sec=html_outros/angola/angola.htm&ctg=custom&titu=Angola, consultado a 06/05/08.

Quadro 4: Valor e bens de exportação e importação de Angola (2006/07)

	Ano	Principais produtos	País	%	Valor
Exportação	2006/07	Petróleo e derivados, diamantes, gás, café, sisal, peixe e algodão.	- EUA - China - Taiwan - França - Chile	38% 34.2% 5.8% 4.9% 4.1%	43.23 bilhões (USD)
Importação	2006/07	Equipamento eléctrico, veículos e peças sobressalentes, medicamentos, alimentos, têxteis e bens militares.	- EUA - Portugal - Coreia do Sul - China - Brasil - RAS - França	15.3% 15% 10.1% 8.8% 8.2% 6.7% 6/2%	11.41 bilhões (USD)

Fonte: Adaptação da autora com base no site²⁴

Olhando para o cenário apresentado pelo quadro 4, pode-se verificar que apesar de serem maiores os números relativos à exportação, isso por si só não significa que este seja um Estado auto-suficiente, como comprova SADC (2006:22) ao referir que em 2004 o petróleo bruto contribuía com 93% para as exportações totais, seguido pelos diamantes (6%) e as exportações de outros sectores foram quase nulas. Ainda mais, entre os anos 2000 -2004, e nos subsequentes, o valor das exportações aumentaram em 70% (ligado ao crescimento da produção do petróleo) e neste mesmo período, as importações (como já disse dominadas por bens de consumo) aumentaram em 91%. Isto pode também ser comprovado pelo quadro 2 (dois), onde podemos verificar que as áreas como agricultura

²⁴ www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/aohtml, consultado a 07/03/08.

e indústria transformadora contribuíram muito pouco para o PIB angolano, vendo-se porém que o sector petrolífero e a indústria extractiva, contribuíram em grande medida para o PIB.

3.2.2 – A estrutura de segurança de Angola

Ao falar da estrutura de segurança em Angola, torna –se pertinente vermos o papel da liderança em Angola, olharmos para a população, no sentido de perceber como ela se sente ou vê a segurança no seu Estado, se a população se sente segura no seu Estado ou quais são as ameaças à esta mesma população. Para Roque (2000:116-119), o governo angolano não conseguiu estabelecer as bases da lei e ordem, isso no tocante à segurança pública, uma vez que devido aos longos anos de guerra, muitos dos que seriam os efectivos que garantiriam a lei e ordem, foram “arrastados” para a guerra, mortos ou então fugiram do país, causando défice naquele que seria o efectivo dos agentes da lei e ordem e hoje se ressentem disso o estado angolano, pois com o êxodo do campo para as cidades (grandemente devido à guerra), o crime é cada vez mais crescente e falta a garantia de segurança ao cidadão angolano.

Ainda segundo Roque (2000), o governo angolano não conseguiu manter um ambiente político não discriminatório, não conseguiu fazer investimentos adequados em infra - estruturas e serviços sociais básicos e não conseguiu incluir e proteger a maioria da população, sobretudo as mais vulneráveis, como sejam as crianças, os órfãos, as mulheres, os mutilados e idosos, o que por si só não traz uma garantia de segurança a todos os níveis, seja com relação a factores naturais, a factores humanos (guerra, roubos, assassinatos, entre outros), bem como a factores económicos.

E existindo qualquer destas ameaças, está posta em causa a estrutura de segurança, pois como defende Strange (1988:46-49), a estrutura de segurança diz respeito a ausência de ameaça, diz respeito à segurança em relação aos factores naturais, humanos e económicos, e é a autoridade ou a liderança quem garante que exista tal estrutura por forma a que tenha uma governação saudável e que a alternância do poder nesse mesmo

Estado seja pacífica. Daí que seja primordial o papel da liderança no garante de um clima estável e saudável de segurança.

No tocante à liderança em Angola, Roque (2000:120) defende que o Estado precisa de uma liderança corajosa e decisiva, para facilitar a reconciliação. A liderança, que são os políticos angolanos, deve ser capaz de propor uma visão à nação, a qual assente primeiro naquilo que une os próprios angolanos e determina o que eles querem ser, e segundo, tem de se desenhar uma componente voltada para o exterior.

Com relação à necessidade de um governo inclusivo em Angola, Howen (2001:16), defende existir em Angola pouca tradição de políticas participativas, e devido às “sequelas” do monopartidarismo e modelo centralizado de governação, não existe tradição na prestação de contas por parte do Governo. O facto de quase não existir prestação de contas é partilhado por Ali e Oliveira (2006:6), ao afirmarem que não existe em Angola a prestação de contas por parte do Governo, no tocante às receitas do petróleo, pois num total de 4.22 biliões (9% do PIB), receitas do petróleo, não constaram dos livros de contabilidade, relativas às despesas públicas.

Apesar de, o fim do mono partidarismo e aparição de instituições políticas pluralistas, ter trazido avanços para Angola, para Howen (2001:17), os factores que contribuem para maior participação política (são os casos dos partidos de oposição, sindicatos, organizações da sociedade civil, entre outros), têm sido enfraquecidos ou estão dependentes dos privilégios e favores concedidos pela elite no poder, o que ao nosso ver denota uma ausência de políticas inclusivas por parte do Governo angolano, o que pode contribuir para um sentimento de privação dentro da sociedade angolana, o que como defendeu Morgenthau (1985:153), pode degenerar numa moral nacional em precário estado, facto que não ajudará Angola a ser um Estado forte à este nível, o que também poderá se reflectir a outros níveis.

Esta ideia é reforçada por Howen (2001:17 -18), ao referir que existe em Angola falta de políticas inclusivas, e por isso mesmo a maioria dos angolanos vive na penúria, sem

acesso à água potável, saneamento básico, saúde, educação e emprego. E neste sentido, Roque (2000:78) afirma que, os valores da paz, da harmonia política, do respeito pelos direitos humanos, da prosperidade económica e da justiça social, têm sido negados aos angolanos.

Ora, é neste sentido que Roque (2000) fala da “unidade na diversidade”, a qual se caracteriza na confiança nos líderes políticos e seus apoiantes, nos partidos políticos, nas instituições do Estado, a qual trará uma unidade nacional inclusiva, segundo a qual e como defende Morgenthau (1985), permitirá que haja moral nacional cada vez mais crescente, visto que o governo será de qualidade, pois se caracterizará num governo representativo, bem como a população verá que tem garantido os direitos de participação na vida da nação.

Assim, para Roque (2000:79), “ todos os segmentos da população devem sentir que são de facto, capazes de contribuir para um novo conceito de política nacional, satisfazendo por este meio as necessidades mais urgentes e as aspirações mais importantes do povo angolano”, para que se construa uma estrutura de segurança de facto, em Angola.

Teoricamente (uma vez que existem Estados que não realizam eleições regulares e onde não se verifica alternância de poder, mas existe nos mesmos estabilidade política, social e económica) a alternância de poder e eleições regulares contribuem para segurança a nível político, económico e social. E neste sentido, visando cada vez maior estabilidade e segurança a nível político, social e económico, o governo angolano tem se empenhado em fazer evoluir a preparação do processo eleitoral em Angola e paralelamente àquela preocupação, está a necessidade de continuar a recuperar mais infra – estruturas rodoviárias e ferroviárias, capazes de permitir a deslocação de maior número possível de eleitores, garantindo assim um processo eleitoral mais credível.

Para Silva (2006), entre a população angolana, o tema eleições não é consensual, pois uns estão receosos da possibilidade de repetição da instabilidade ocorrida em 1992, daí não quererem a realização das eleições, e além disso, grande parte da população está longe do

alcance das campanhas eleitorais e não têm como ser contactadas, pondo deste modo em causa, a universalidade do acto eleitoral.

Silva (2006) defende ainda que, as eleições poderão manter a hegemonia do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido no poder, visto que a oposição se encontra fragmentada e desorganizada, dependendo do Estado para sobreviver e as eleições podem ser úteis para legitimar internacionalmente a presidência e o actual executivo, facilitando o contacto (tornando –os ao mesmo tempo legítimos) com maioria dos países Ocidentais.

3.2.3 – A estrutura de conhecimento de Angola

A estrutura de conhecimento é caracterizada por forte desenvolvimento científico do Estado e pesquisas intensas para aquisição de conhecimento que ajudem ao Estado a se desenvolver e a crescer a todos os níveis.

Uma vez que Angola passou por uma longa guerra, a qual destruiu infra – estruturas como são os casos de escolas, estradas, entre outras, e causou a deslocação da população, afastando as crianças e jovens das escolas, houve uma estagnação a nível do desenvolvimento de esforços de educação e formação superior em Angola, o que por si só impossibilitou o desenvolvimento de pesquisas e investigações que abonassem para o bem do Estado angolano.

É com base no reconhecimento da importância deste sector para o crescimento e desenvolvimento sócio –económico e político de Angola que o Governo deste Estado tem procurado revitalizar a área de educação e formação de nacionais e como defendem Blakeley *et al* (2004), o governo angolano neste âmbito, aprovou a legislação que determina objectivos mais altos para as companhias internacionais de petróleo, no que respeita à contratação de pessoal local, no processo já referido, denominado angolanização.

Porém, Blakeley *et al* (2004), concordam que esta experiência é arriscada para um Estado como Angola, onde os sistemas de educação são de má qualidade e não funcionam como seria de desejar, pois cria ineficiência para as empresas exploradoras do petróleo, as quais exigem pessoal altamente qualificado. E em Angola, as companhias têm dificuldades em cumprir os objectivos relacionados com admissão de pessoal experiente (que muitas vezes é preterido, em favor dos trabalhadores angolanos sem experiência e qualidade técnica e/ou profissional), daí que as companhias de petróleo adoptam programas de treinamento de pessoal de médio e alto nível em universidades dos seus respectivos países, acabando estes estudantes por fixar residência e trabalho nos locais de formação, não voltando para Angola, contribuindo assim para alargamento das incapacidades de Angola no tocante à estrutura de conhecimento.

É neste sentido que nos referimos durante o trabalho para aquilo que seria incentivo por parte do Governo angolano, no sentido de garantia de trabalho e colocação logo após a formação no estrangeiro.

Ainda segundo o professor Rui Maia²⁵, no tocante a estrutura de conhecimento, Angola precisa de uma política de gestão de recursos humanos, por forma a se ter um aumento da actividade agrícola que possa servir numa primeira fase, para auto – sustento destes e mais tarde para a exportação. Para Rui Maia Angola deve se espelhar nas políticas de países como Índia e China, no tocante à produção de alimentos, pois sendo aqueles países com um elevado número de população, não se ouve tanto a falar de fome, como se faz ouvir em Angola que tem apenas 14 milhões de habitantes.

3.2.4 – A estrutura financeira de Angola

A estrutura financeira tem relação com a banca, seguros e créditos do Estado. E em Angola, apesar de existirem todos estes serviços, não são de grande relevância (pelo menos à nível da SADC) pois como defende Strange (1988:30), esta estrutura é peculiar às economias avançadas, uma vez que elas têm a capacidade de investir crédito em vez de dinheiro, isto aliado a boa reputação que aqueles Estados têm a nível internacional, o que

²⁵ Ecologista e investigador para area ambiental da SADC, entrevistado no dia 23/09/08, em Maputo.

garante facilidades de aquisições de empréstimos, sem ter necessariamente valores em dinheiro para adquirir empréstimos. Torna –se, por isso, importante conhecer as estruturas que dão base financeira ao Estado angolano.

O seguro em Angola apareceu como actividade económica, com o desenvolvimento das viagens marítimas entre os séculos XIV e XV, isto ligado aos riscos de transporte de mercadorias, seja por via terrestre ou por via marítima. E como defende CIGIE (1998:74), o seguro moderno em Angola está ligado a Portugal (como país colonizador), sendo o mesmo Estado, um dos pioneiros em termos de regulamentação da actividade seguradora. Esta actividade teve um crescimento rápido a partir de 1961 e era regulada e supervisionada pelo Instituto de Crédito e Seguros de Angola. Porém, a partir de 1974 a actividade seguradora declinou, devido ao êxodo dos especialistas e agentes de seguros e de todo o sistema financeiro, devido também ao abandono de agências e ainda como defende CIGIE (1998:74), devido ao incumprimento de contratos e eliminação por parte das agências seguradoras.

Visando regular a actividade de seguro, foi criada em 1978 a Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola (ENSA), a qual exerceu monopólio do sector por duas décadas, e a sua principal actividade, era a de assegurar o sector petrolífero.²⁶ Devido à guerra e aos factores já referidos, este sector actualmente tem se voltado à iniciativa privada, como forma de revitalização e modernização do mesmo sector.

As instituições de crédito em Angola foram criadas para incentivar o investimento e relançar o sector produtivo, sendo de destacar o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – PME’ s (INAPEM) e o Fundo de Apoio ao Empresariado Nacional (FAEN).

A banca de Angola, segundo CEGIE (ibid:69), está num processo de remodelação, que vai desde a descentralização à reestruturação da instituição. Desde 1996 que o Banco

²⁶ www.bclme.org/countryprofiles/angolap.asp.

Nacional de Angola (BNA) abandonou a função comercial, para concentrar-se na actividade de emissão, controle e regulação de todo o sistema monetário de Angola. Este banco tem a função de banco central e é o principal intermediário nas operações cambiais. Estas são basicamente as instituições que garantem o funcionamento da estrutura financeira em Angola, e pode-se reparar que elas são muito recentes, precisando deste modo, de melhorar muito mais, se de facto este Estado quiser dominar a estrutura financeira.

3.3 – A internacionalização de Angola

Nesta secção, analisaremos os esforços que o Estado angolano tem feito para se destacar à nível internacional e/ou regional, bem como descreveremos o papel da Sonangol para que Angola se afirme como um poder hegemónico.

É notável o esforço que o Estado angolano tem efectuado para “sobressair” à nível das regiões ou organizações onde se encontra inserido. Este Estado esforçou-se para a criação da AFREC (Comissão Africana de Energia) da união africana (UA), para o sector energético, criada a 17/02/07, em Argel, estando entre os Estados membros Angola, Argélia, Líbia e Nigéria. Este é um organismo que visa entre outros, definir políticas, estratégias e planos para o desenvolvimento energético integrado do continente. (In Jornal “Notícias” 19/02/08). Estas participações de Angola, podem representar uma vantagem, se de facto o Estado conjugar esforços usando para tal o seu potencial estratégico, visando não ser um mero membro da AFREC, mas um membro activo e capaz de desenvolver estratégias que garantam o desenvolvimento do continente africano.

É de destacar o engajamento do Estado angolano na criação e consolidação da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a qual integra 8 Estados (Angola, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria, República Democrática do Congo, República do Congo e São Tomé e Príncipe). É notável o empenho do Estado angolano no estabelecimento da CGG, na construção da sede da comissão em Luanda, bem como o financiamento do primeiro ano de actividade, o qual fora feito igualmente pelo Estado angolano. Esta comissão tem por entre outros objectivos, o desenvolvimento da área dos recursos naturais, visto fazerem

parte desta, países como Angola e Nigéria que são grandes produtores de petróleo. A CGG foi constituída em 2006, no Gabão. (In Jornal “Notícias”, 24/01/08).

Ao falar do esforço de Angola para “sobressair” a nível internacional e regional, não se pode ignorar o papel da Sonangol, uma empresa estatal que tem sido o “braço” do Estado angolano na sua aparição internacional e regional. Com relação a isso, Silva (2006), defende que Angola conseguiu ser o primeiro fornecedor de petróleo à China, ultrapassando a Arábia Saudita e exportou 456 mil barris de petróleo por dia. Esta relação com a China no sector de petróleo vai além do lado comercial, visto que o consórcio Sonangol – Sinopec International, controlado respectivamente pela petrolífera estatal angolana e chinesa, ganhou um contrato para construção de uma refinaria no porto de Lobito. Há ainda a registar o interesse da companhia estatal de petróleo e gás indiana, numa parceria com a Sonangol, sendo que ao mesmo tempo o governo tem vindo a alargar o leque de cooperação no domínio da indústria petrolífera, e neste âmbito, aprovou um acordo com a República da África do Sul, visando o aproveitamento das potencialidades económicas e técnicas da África do Sul e as potencialidades petrolíferas possuídas por Angola, tendo ainda anunciado cooperação com Cuba.

A Sonangol aposta em empresas de fora de Angola, alargando os interesses para áreas diferentes das do sector do petróleo, como são os casos da banca, distribuição de electricidade e telecomunicações. Esta tem sido uma estratégia conjunta entre o Estado angolano e a Sonangol, e foi mais notável a aquisição por parte da Sonangol, de posições financeiras, como são os casos da GALP, da EDP, da Portugal Telecom (PT), o BCP – Millennium e a Zon Multimédia, que são cinco (5) das maiores empresas portuguesas no mercado de capitais.

A preocupação da Sonangol relativamente à internacionalização, verifica –se como já disse, na compra de participações em empresas que se mostram abertas ao capital estrangeiro, e actualmente, a Sonangol possui investimentos nos seguintes países: Portugal (nas empresas já atrás mencionadas), Cabo Verde (ENACOL), São Tomé e Príncipe (ENCOSARL), República Democrática do Congo (Sonangol Congo), Singapura

(SONASIA), Hong Kong (China Sonangol Holding Limited) e Estados Unidos da América (SONUSA), tendo já cerca de trinta (30) empresas subsidiárias. (In Revista Capital, de Março de 2008, Media Holdind, nº 3, Ano 01, pág. 13).

Estas aquisições devem – se às receitas do petróleo, e as mesmas servem para que Angola diversifique as fontes de rendimento e reforce a influência internacional, não só a nível da Sonangol como empresa estatal, mas também do próprio Estado angolano, uma vez que, como já se referiu, estes actuam numa estratégia conjunta. Pode ainda se observar nessas aquisições, o desejo de diversidade de fonte de renda do Governo angolano, isto porque tem noção de que o diamante e o petróleo (este último grande fonte de renda do Governo angolano e principal matéria de exportação) são recursos naturais não renováveis, daí a necessidade de explorar outras áreas de rentabilidade, as quais garantam também o crescimento e desenvolvimento da economia angolana, aliada à estabilidade política deste Estado.

3.4 – O poder hegemónico na SADC

Fiori (2004) defende que o conceito de hegemonia encerra em si, uma necessidade de responsabilidade por parte do poder hegemónico, na medida em que uma potência não pode praticar de forma permanente, uma política voltada somente para a preservação do “*status quo*”, e é por essa razão, que para este autor, o poder hegemónico é sempre desestabilizador da sua própria situação hegemónica, pois ele será o único responsável pela manutenção do “*status quo*”, bem como pela sua condição de hegemónica. Quer isto dizer que, o Estado que possuir de facto poder hegemónico na SADC tem, de ter entre outras coisas, a capacidade não só de preservar o “*status quo*” na SADC a seu favor, bem como tem de ser o mesmo Estado o único capaz de desestabilizar essa condição de potência hegemónica, alterando as condições e o ambiente de relacionamento entre os Estados da SADC, de forma a garantir e manter intacta a condição de poder hegemónico regional, o que até ao momento só a República da África do Sul (RSA) o pode fazer.

A RSA, para além de ser a economia mais importante da região, é responsável por expressiva parte da população, e também pelo comércio interno e externo na SADC. Este Estado (ao lado do Brasil, China e Índia), ocupa a posição de países emergentes, os quais reivindicam mudanças nas regras de gestão do sistema internacional, na distribuição hierárquica e desigual do poder e da riqueza, e tem assumido grande papel na reforma do sistema das Nações Unidas (NU), ao mesmo tempo que faz parte do G20 (grupo dos 20), o qual tem uma posição de liberalização nas rondas de Doha, isto no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A partir de tudo isso, não se pode negar a hegemonia da RSA, especificamente à nível político, na prossecução da sua PE, o que mostra claramente que essa hegemonia pertence à RSA, enquanto que Angola ainda busca fortalecer –se à nível interno. Evidentemente não se pode negar por um lado, que mesmo na RSA (assim como noutros países emergentes) existam sociedades com grandes níveis de desigualdade na distribuição da renda, do acesso a direitos sociais básicos e da riqueza, existem ainda sérios problemas urbanos (como bairros de lata, falta de saneamento básico e miséria), zonas rurais com baixa produtividade, entre outros, o que por si só, mostra a necessidade de grande investimento público, visando melhorar a redistribuição da riqueza.

Por outro lado, porém, em Angola, a situação é ainda mais periclitante na medida em que é um Estado que saiu recentemente de uma longa guerra, a qual para além de mortos, deixou muitos deslocados, órfãos e destruiu infra – estruturas, o que atrasou ainda mais o país, daí que este na sua PE, não esteja a dar grande importância à SADC (pode se ver que mantém ainda reservas com relação ao protocolo comercial da SADC, não aderiu à supressão de vistos de entrada a cidadãos da SADC, como o fizeram muitos dos seus membros, entre outros) e sim à relação bilateral com Estados que possam com ele cooperar para revitalização do próprio Estado angolano.

Há ainda a salientar que Angola à nível da SADC, mostra-se renitente ao projecto de integração regional, ao não aderir à zona de comércio livre (ZCL), o que põe em causa as

expectativas dos países da SADC, uma vez que, a produção petrolífera de Angola²⁷ é de grande importância para a SADC, se tivermos em linha de conta a crise energética e de combustíveis que essa região atravessa. E para Maia²⁸ Angola está preocupada com o seu desenvolvimento e crescimento a nível interno, não sendo por enquanto, preocupação deste Estado a posição hegemónica na SADC.

E para Ferreira (2002) há ainda a juntar – se àqueles factos, o de apesar de na década 70, Angola ter se apresentado militarmente mais forte que qualquer outro país da sua vizinhança, não se apresenta de igual forma actualmente. Mas ressalta que aquele facto permitiu a que este país obtivesse respeito e reconhecimento como potência regional, conforme os indicadores relativos a despesas militares e efectivos militares em alguns países da África Austral, disponíveis no quadro abaixo.

Quadro 5: Indicadores de despesas e efectivos militar nalguns países da SADC.

País	Despesas militares em USD (1997)	Despesas militares em % do PIB (1999)	Índice de forças armadas totais (1999)	Efectivos do exército em milhares (1998)	Efectivos da marinha em milhares (1998)	Efectivos da força aérea em milhares (1998)
África do Sul	2.440	1.3	66	58.6	5.5	10.9
Angola	385	23.5	227	106	1.75	6
Botswana	150	3.4	225	8.5	n.d.	0.5
Namíbia	73	3.6	n.d.	9	0.1	n.d.
RDC	n.d. ²⁹	5.3	116	50	0.09	0

²⁷De referir que no mês de Abril de 2008, a produção de petróleo de Angola foi a maior do continente africano, segundo a (Organização de Países Exportadores de Petróleo) OPEP, tendo produzido em média 1.873 milhões de barris de petróleo, mais 55 mil do que a Nigéria. In Jornal “ O País” de 18/07/08.

²⁸ Director académico da Universidade Técnica de Moçambique (UDM) e investigador na área de integração regional, numa entrevista ao Jornal “O País”, do dia 18/07/08, pág.2 e 3.

²⁹ Não disponível.

Zâmbia	36.5	1.0	133	20	n.d	1.6
Zimbabué	235	3.4	95	35	n.d.	4

Fonte: Ferreira (2002:27).

Ainda na componente militar, para Morais (1998), a estratégia política e diplomática do governo angolano na década 80, na vertente interna era de reforço cada vez mais significativo das instituições militares e dos serviços de segurança nacional, isso devido à guerra que marcava o país e grande parte das decisões, visavam maioritariamente a área de segurança.

É neste sentido que Ferreira (2002) fala de incursões levadas a cabo na década de 90, incursões no Congo Brazaville e outra vez ao RDC (1997), as quais culminaram com acordos de segurança e/ou cooperação militar com grande maioria dos Estados vizinhos. Ferreira (2002:27-29) defende ainda, que a componente económica não tem ajudado Angola a afirmar-se como potência regional, pois mesmo sendo produtor de petróleo e apesar da importância que este recurso tenha para as companhias multinacionais e para os Governos Ocidentais, existe a incapacidade de Angola desempenhar um papel central junto aos países da SADC e até junto a outros países africanos.

Há ainda a juntar – se a o que já foi dito, o facto de apesar de estar – se na fase de grande produção de petróleo em Angola, os ganhos com a exportação do mesmo, estão “hipotecados” por compromissos internacionais, firmados quer com as já referidas companhias multinacionais ou com os seus Governos, de forma que os pequenos ganhos que advêm da exportação do petróleo, contribuam apenas em pequena medida para o aumento da riqueza interna, o que por si só, traz a necessidade de que o peso político que o petróleo assume nas negociações internacionais, se concretize igualmente por benefícios internos e assegure ainda uma melhor redistribuição das receitas e lucros advindos da produção petrolífera.

E é neste sentido que o mesmo autor defende que é a RSA que se tem afirmado neste domínio, pois quase todos os países da SADC vêm as exportações das suas matérias –

primas a contarem em mais de 70% das suas vendas para o exterior (incluindo Angola), sendo que apenas a RSA tem 44% da sua matéria – prima dependente da exportação, o que mostra a força e diversidade das actividades económicas deste Estado, que polariza as trocas comerciais que se fazem com o exterior do continente africano e a sua influência económica e poder hegemónico são notáveis. E como tal, só este Estado pode procurar conservar ou alterar o “*status quo*” na região, a seu favor, pois como defende Gilpin (2002:42), “o poder hegemónico deseja e pode estabelecer e manter as normas e as regras de uma ordem económica...e com o seu declínio essa ordem se enfraquece muito”.

Ao fazermos uma análise sobre o poder hegemónico na SADC, torna-se necessário para além de analisar os componentes acima descritos, olharmos para o nível de desenvolvimento do Estado angolano, tocando fundamentalmente nos indicadores do mesmo. O conceito de desenvolvimento humano sustentável (DHS), tornou – se num dos importantes conceitos ao se abordar a temática do desenvolvimento.

O DHS é assim um importante indicador de desenvolvimento de um Estado, pois como defende Matlosa (2005:12), ele inclui um padrão de vida decente da população, dividida em três (3) componentes usadas para medir o progresso sócio – económico dos Estados, nomeadamente: “a longevidade (que mede a esperança de vida e o estado de saúde), o conhecimento (que mede a literacia) e o rendimento *per capita* (que mede por fim, o padrão de vida e a incidência da pobreza). E estas três dimensões podem se subdividir em índice de desenvolvimento humano (IDH), índice de desenvolvimento de género (IDG) e índice de pobreza humana (IPH), como se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro 6: Três dimensões do DHS

Índice	Longevidade	Conhecimento	Nível de vida
--------	-------------	--------------	---------------

IDH	Esperança de vida à nascença	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de alfabetização de adultos • Combinação com taxa de escolaridade bruta 	PIB <i>per capita</i> em PPP ³⁰ (USD)
IDG	Vida longa e saudável para homens e mulheres	Educação de homens e mulheres	Quantos homens e quantas mulheres têm vida digna
IPH	Probabilidade à nascença, de viver até aos 40 anos	Percentagem de adultos analfabetos	Privação económicas medidas em: <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de pessoas sem acesso a água potável • Percentagem de pessoas sem acesso aos serviços de saúde • Percentagem de crianças abaixo dos 5 anos com baixo peso

Fonte: Matlosa, (2005:32).

Para analisar o nível de desenvolvimento sócio – económico de Angola, usamos o IDH, o qual se mostrou baixo neste Estado. Os dados da PNUD (2007/08) endossam esta afirmação, ao mostrar que num total de 177 países Angola ocupa o 162º lugar sendo o IDH igual a 0.446, conforme o quadro abaixo.

³⁰ Paridade de modelo de compra (PPC), o qual mede a habilidade de compra de bens e serviços como medida internacional de rendimento. Foi criado nos EUA, numa altura em que o modelo de taxa de câmbio criavam disparidades.

Quadro 7: IDH em Angola

	Longevidade	Conhecimento	Nível de vida
IDH	Esperança de vida = 41.7 anos	Taxa de alfabetização de adultos = 67.4% Taxa de escolaridade bruta combinada (primário, secundário e superior) = 25.6%	PIB per capita = 2.335

Fonte: adaptação da autora com base no site³¹

No tocante ao conhecimento, em Angola a taxa de alfabetização, está relativamente melhor, estando no 109º lugar, num total de 177 países, isso mesmo depois de, logo após a independência as taxas de literacia terem sido de 89% (no ano de 1975) e no ano de 2007 a taxa foi de 67%, o que mostra uma evolução neste sector. Porém no tocante a taxa de escolarização bruta combinada, não se encontram disponíveis dados sobre taxas de frequência escolar bem como relativos à desistências. E como se pode ver, o PIB *per capita* em Angola, passou de 1500 dólares (2002) para 3500 dólares em 2006/7, estando a registar crescimento, o que poderá possibilitar desenvolvimento sócio – económico e político deste Estado.

Para além destes factores, há a salientar no tocante aos elementos de poder definidos por Morgenthau (1985:127) que, Angola possui alguns deles, como são os casos de geografia, a qual tem a ver com a extensão geográfica do território e no caso vertente do Estado angolano, este tem uma área de 1.246.700 km², que é a segunda maior depois do

³¹ www.africanidade.com/articles/516/1Angola-melhora-PosiAAo-no-Andice-de-Desenvolvimento-Humano-200708/Paacuteginal.html, consultado a 27/07/08.

território da RDC. É um território grande que pode ser uma força em tempo de guerra, pois facilita a dispersão quer do exército, quer da população. Mas no momento, é uma fraqueza, na medida em que, o governo angolano, não tem controlo pleno deste vasto território, demonstrando uma fraqueza no que toca a geografia do Estado.

Os recursos naturais, nomeadamente a capacidade de produção alimentar e matérias – primas, são segundo Morgenthau (1985:130-134), outra componente do poder, e o Estado angolano, apesar do seu potencial agrícola, não tem ainda, a capacidade de produzir para o auto sustento da sua população, isto devido à guerra que minou os campos agrícolas, deslocou os camponeses, e destruiu infra-estruturas que poderiam garantir uma auto-suficiência alimentar. No que toca às matérias – primas, Morgenthau (1985:130-134), destaca o petróleo, afirmando que possuem considerados depósitos deste recurso, adquiriram grande influência nos assuntos externos. E Angola possui grandes reservas daquele recurso, e tem desenvolvido de forma crescente o mesmo sector, impulsionando a desenvolvimento e crescimento económico de Angola.

A capacidade industrial está ligada à capacidade militar e a possessão, exploração e uso racional das matérias – primas. Ela tem ainda a ver, com o ‘*know – how*’, ou seja, a capacidade de desenvolver e usar tecnologias que garantam uma forte capacidade industrial, o que não se verifica em Angola, como confirma um funcionário público e quadro sénior³² do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), ao referir que a capacidade industrial de Angola é das mais baixas na SADC e que Moçambique tem neste momento, uma capacidade industrial (principalmente no tocante à indústria transformadora) superior que a de Angola.

A preparação militar, é outro componente do poder preconizado por Morgenthau (1985:139), e pode se dizer que durante a década 80 e 90, Angola teve uma boa preparação militar, isto aliado à guerra que durou mais de duas décadas. Isto pode ser comprovado num estudo feito a 56 países, estudo este relativo aos gastos militares efectuados pelos mesmos, no qual Angola ocupa a segunda posição, tendo gasto com

³² Funcionário público e quadro sénior do MINEC, entrevistado no dia 26/07/08, em Maputo.

despesas militares, desde 1975/80 até 2001, 25% do PIB³³. E ainda para Ferreira (2002:3), nas décadas 80-90, Angola esteve muito forte militarmente, isto aliado à guerra contra a UNITA, e a sua preparação militar era grande de tal forma, que justificou as intervenções na RDC e no Congo Brazzaville.

Neste sentido, pode se falar de uma considerável preparação militar angolana, mas que para atingir o estágio defendido por Morgenthau (1985:139), é necessário ainda que Angola alie a sua capacidade militar aos objectivos de PE, procurando inovação tecnológica, bem como na qualidade e quantidade das suas forças armadas, as quais sejam capazes de proteger e defender o território angolano de Cabina à Cunene e de Benguela à Moxico.

Quanto à população, referir que segundo CEGIE (1998:45-50), Angola tem aproximadamente um total de 14 milhões de habitantes, o que demonstra que é um número reduzido, se tivermos em linha de conta a extensão territorial de Angola. E como defende Morgenthau (1985:142-145), sem um grande efectivo populacional, não se pode ter um exército que garanta uma boa condução de uma eventual guerra, e nem uma população capaz de produzir para que o Estado seja auto – suficiente, aliando assim, a capacidade militar à capacidade industrial. Mas é também necessário, ter se em linha de conta o nível de formação desta população, bem como a pirâmide etária da mesma, por forma a não se ter só um grande efectivo, mas aliar-se à este, a qualidade e a força desta população.

Por fim ao falar da qualidade de diplomacia, dizer que Angola não granjeou muitos sucessos nesta área, aliás, esta opinião é compartilhada por Ferreira (2002:4), ao referir que no domínio político – diplomático Angola tem mostrado fracassos, na medida em que não conseguiu “fazer valer na Cimeira da SADC de 2001, a sua pretensão de ver eleito para o cargo de Secretário – Geral desta organização o seu representante”, e não conseguiu também evitar que a Cimeira anual da Organização da Unidade Africana

³³ www.indianoofficer.com/forum/prelims-general-discussions/768-military-expendit, consultado a 28/0808.

(OUA) de Maio de 2000, fosse realizada no Togo e que o presidente deste Estado fosse eleito presidente da OUA, mesmo tendo feito intensas campanhas diplomáticas para conseguir lograr aqueles intentos. Essa opinião é partilhada também pelo funcionário público e quadro sénior do MINEC, ao referir que Angola tem baixa qualidade de diplomacia a nível da SADC, enfatizando ainda que a diplomacia moçambicana é mais funcional e efectiva a nível da SADC, se comparamos à diplomacia angolana.

Conclusão

A estrutura de produção do Estado angolano mostrou um significativo nível de desenvolvimento. Angola detêm recursos naturais estratégicos como o petróleo e o diamante, que asseguram a estabilidade das receitas, permitindo ao Estado a satisfação de grande parte de suas necessidades. Estes recursos são complementados pelo grande potencial hídrico deste Estado, aliado aos depósitos de ouro, ferro, urânio, fosfato e outros metais estratégicos, dão àquele Estado a capacidade de crescer e desenvolver seja à nível social, político ou à nível económico, embora seja ainda de destacar o facto de a guerra civil ter feito estagnar o desenvolvimento da agricultura e indústria deste país, o que contribuiu para uma estrutura de produção pouco auto-suficiente.

Referir que em relação ao preparo militar, Angola esteve bastante forte aquando da guerra civil, isto ligado aos grandes investimentos em armamento, em capacitação e treinamento do efectivo militar, tornado Angola num Estado com um dos melhores exércitos à nível da África Austral, mas uma vez que a estrutura de segurança pressupõe ausência de conflito, concluímos que Angola não domina esta estrutura.

Apesar de grande desenvolvimento durante a fase da guerra, esta estrutura não está completamente consolidada, pois mostra-se de alguma forma fragilizada, isso devido à quase ausência de serviços sociais básicos e à presença de ameaças, sejam relacionadas com factores naturais, económicos ou humanos, o que faz com que a população angolana esteja insegura quanto ao seu futuro, tornando desta forma, fraca esta estrutura. Daí que seja necessário uma liderança decisiva, capaz e com vontade de garantir a segurança àqueles níveis, e que ao mesmo tempo, construa uma estrutura de segurança cada vez mais forte.

A estrutura de conhecimento, embora esteja em condições de evoluir, ela mostra-se ainda numa fase pouco evoluída, em parte devido à estagnação a que a actividade de educação (formação) e pesquisa esteve votada durante o prolongado período em que o país esteve em guerra.

De um modo geral, pode se afirmar, em resultado da leitura dos dados avaliados ao longo deste estudo, que o Estado angolano detêm um grande potencial de desenvolvimento, que poderá permitir realizar as aspirações hegemónicas que têm sido manifestada tanto pelo seu intervencionismo militar, no caso da RDC, quanto pelas reservas que o Estado tem demonstrado em aderir ao protocolo comercial da SADC, onde estaria em desvantagem face a outras economias. No entanto, numa projecção de médio prazo, não se acham reunidas condições para a sua assumpção como poder hegemónico, pelas razões que demonstramos ao longo deste trabalho.

Sob ponto de vista de avaliação do contributo para análise teórica, pode-se concluir que a abordagem de Susan Strange (1988), afigura-se relevante como uma forma de interpretação dos postulados do paradigma realista. Com efeito, esta abordagem permitiu compreender que, não obstante a riqueza de um Estado ser importante para a sua afirmação no sistema internacional, como defendem os realista clássicos, é imperiosa a conjugação harmoniosa de diferentes aspectos da evolução desse Estado. Ou seja, esta abordagem refuta de certo modo, a relevância primaria de aspectos de “*high –politics*” (o poderio político –militar do Estado), vincado a necessidade de se consolidar o domínio sobre outros sectores considerados pelos realistas clássicos como de “*low –politics*”.

Bibliografia

Fontes secundárias

- Ali, Saleem e Oliveira, José Puppim (2006). *Can corporate power Positively Transform Angola and Equatorial Guinea?* Greenleaf publications, UK;
- Baylis, John and Smith, Steve (1997). *The Globalization of the world politics – an introduction to International Relations*, Oxford University Press, Oxford;
- Blakeley, Amanda et al (2004). *Reforço do compromisso do Governo de países em desenvolvimento com Responsabilidade Social de Corporação: conclusões e recomendações da assistência técnica em Angola*, relatório de trabalho, Angola;
- Boniface, Pascal (1997). *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano Editora, Lisboa,
- Caixa Geral de Depósitos, SA (2000). *Angola: a caminho do futuro*, CGD, SA, Lisboa;
- CEGIA (1998) Monografia de Angola 1998 – 2000. CEGIA, Angola;
- CIPIE (1991). *Geografia de Angola*, CIPIE, Angola;
- Dougherty, James e Pfaltzgraff, Robert (2003). *Relações Internacionais, as teorias em confronto*, Gradiva, Lisboa;
- David, Charles – Philippe (2000). *Guerra e Paz: abordagens contemporâneas de segurança e de estratégia*, Instituto Piaget, Lisboa;
- Ferreira, Manuel Ennes (2002). *Angola: potência regional*, Janus, Portugal;
- Fiori, José Luís (2004). *A Nova Geopolítica das Nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul*, Editora Vozes, RJ;
- Fukuyama, Francis (1999). *O fim da História e o último Homem*, editora Gravita, Lisboa;
- Gilpin, Robert (2002). *A economia Política das Relações Internacionais*, UNB, Brasília;
- Editorial Enciclopédia, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia, Lda, Lisboa e RJ, pág. 937;
- Howen, Nicholas (2001). *Construção da paz e sociedade civil em Angola: um papel para a comunidade internacional*, DFID e FCO, Reino Unido;

- Kauppi, Mark, e Viotti, Paul (1998). *International Relations Theory*, Allyn and Bacon, USA;
- Machiavelli, Nicolò (1950). *The Prince*, Modern Library, NY;
- Matlosa, Khobele (2005). *The state, democracy and development in southern Africa*, EISA, Johannesburg,
- Morais, Beatriz (1998). *A cooperação e a integração regionais da Africa Austral – SADC: o papel de Angola*, Centro de Estudos Africanos, SP;
- Moreira, Adriano (2005). *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra;
- Morgenthau, Hans (1985). *Politics Among Nations*, McGraw –Hill, Inc, USA;
- PNUD (2000). *Políticas de redução de pobreza, procurando a equidade e eficiência*, PNUD, Luanda;
- Roque, Fátima Moura (2000). *Construir a Paz em Angola: uma proposta politica e económica*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa;
- Ross, Michael Fowler (1987). *Thinking about Human Rights: contending approaches to Human Rights in US foreign policy, USA*;
- SADC (2006). *Concretização das metas de Convergência Macroeconómica da SADC na República de Angola: avaliação do desempenho e do plano de implementação*, SADC, Angola;
- Silva, Pedro Ferreira da (2006). *Revista Estudos Económicos e Financeiros*, BPI, Angola;
- Sousa, Fernando de (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*, edições Afrontamento, Santa Maria da Feira;
- Strange, Susan (1988). *States and markets: an introduction to international political economy*, NY;
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pot% c3% AAncia_regional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pot%c3%AAncia_regional), consultado a 05/09/08;
- <http://hdrstats.undp.org/countries/country> fact sheets/ctyfsago.html;
- www.bclme.org/country_profiles/angola_p.asp, consultado a 07/09/09;
- www.culturabrasil.pro.brasil/zip/oprincipe.pdf, consultado a 13/05/08.

Fontes Primárias

- Fauvet, Paul, jornalista da AIM, entrevistado no dia 23/09/08, em Maputo;
- Funcionário público e quadro sénior do MINEC, entrevistado no dia 26/07/08, em Maputo;
- Professor Maia, Rui, ecologista, investigador para área ambiental na SADC e Director pedagógico na UDM, entrevistado no dia 23/09/08, em Maputo;
- Pedro, Rovani Maria, estudante angolano de Direito na UEM, entrevistado no dia 17/09/08, em Maputo.